

VITALIDADE



REVISTA DOS APOSENTADOS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO | SETEMBRO | 2026

A vida segue em movimento

ENTREVISTA

Ricardo Berzoini analisa os rumos da
Previdência Social

ESPECIAL

Cinco histórias, cinco regiões, muitas
formas de viver a aposentadoria

SAÚDE

Aos 107 anos, dona Zilda é exemplo
de sabedoria e disposição física



4 EDITORIAL

Ainda há muito o que ensinar (e aprender)

6 ENTREVISTA

“Viver mais é uma conquista. Financiar essa longevidade é o desafio”

12 ARTIGO

Velhices: dizer, proteger, promover

14 QUALIDADE DE VIDA

Quando a escola continua na vida

34 CIDADANIA

Pessoas 60+ já são a 24% do eleitorado brasileiro em 2026

40 SAÚDE

Você treina tanto pra quê? Para ficar igual à Vovó Zilda

44 COMPORTAMENTO

O amor mora ao lado

50 ARTIGO

Direitos previdenciários em disputa

52 PROJETOS DE LEI

Radar do Congresso Nacional: acompanhe as pautas de interesse dos/as educadores/as aposentados/as

56 ARTIGO

Aposentadoria especial de professores: entenda seus direitos

58 Na Luta / AFUSE-SP

AFUSE: quem fez história continua fazendo a diferença

60 Na Luta / APEOC-CE

Na luta pelo fim da taxação das aposentadorias

62 Na Luta / APEOESP-SP

Exclusão digital: o mundo desconecta seus idosos

Su má rio

64 Na Luta / APP-SINDICATO-PR

Vitalidade e resistência: a luta permanente dos(as) educadores(as) aposentados(as) no Paraná

66 Na Luta / CPERS-RS

Experiência a Serviço da Luta Coletiva

68 Na Luta / FETEMS-MS

O tempo transforma, a militância permanece

70 Na Luta / SEPE-RJ

Banco Master no centro da crise que abalou a previdência dos servidores fluminenses

72 Na Luta / SINDEDUCAÇÃO-MA

Entre celebrações e reflexões, categoria reforça união e protagonismo

74 Na Luta / SINDIUPES-ES

Aposentadoria e Luta: A Continuidade da Defesa da Educação Pública pelo SINDIUPES

76 Na Luta / SINDIUTE-CE

Educadores de Fortaleza ocupam as ruas por direitos e saúde digna



78 Na Luta / **SIND-REDE/BH-MG**

Envelhecer com dignidade entra em pauta em debate promovido pelo Sind-REDE/BH

80 Na Luta / **SINPROCAN-RS**

Quando a amizade floresce

82 Na Luta / **SINPRO-DF**

Sinpro realizou Café sem Confisco, fortalecendo a campanha “Vota, STF”

84 Na Luta / **SINPROESEMMA-MA**

Tem São João, tem encontro, tem luta

86 Na Luta / **SINPROJA-PE**

Tempo de viver, participar e seguir fortalecendo a luta

88 Na Luta / **SINTEAL-AL**

Sinteval resiste na luta por equiparação salarial de aposentadas/os

90 Na Luta / **SINTEGO-GO**

Valorização em todas as frentes

92 Na Luta / **SINTEPE-PE**

Conexão Sem Idade: Sintepe promove cidadania com o letramento digital para a pessoa idosa

94 Na Luta / **SINTE-PI**

Aposentados da educação fortalecem a mobilização em defesa dos direitos e valorização profissional

96 Na Luta / **SINTEP-MT**

O direito de envelhecer com saúde e autonomia

98 Na Luta / **SINTEP-PB**

Experiência que segue em movimento

100 Na Luta / **SINTEPP-PA**

Legado de luta, compromisso com o futuro

102 Na Luta / **SINTERG-RS**

Previdência do Rio Grande em debate

104 Na Luta / **SINTE-RN**

Sinte-RN transforma aposentadoria em qualidade de vida

106 Na Luta / **SINTE-SC**

Uma vida pela educação, 5 anos de lutas por uma aposentadoria digna

108 Na Luta / **SINTESE-SE**

Nas ruas ou na cultura, professores aposentados de Sergipe, filiados ao SINTESE, têm protagonismo nas nossas lutas

110 Na Luta / **SIND-UTE/MG**

Da resistência à conquista: aposentados(as) na linha de frente em defesa do IPSEMG

112 DICAS CULTURAIS

Longevidade para ler, assistir, ouvir e se inspirar

114 POLÍTICAS PÚBLICAS

Quem tem mais idade tem mais direitos

AINDA HÁ MUITO O QUE ENSINAR (E APRENDER)

A educação deixa marcas que atravessam o tempo. Talvez por isso, quem dedicou a vida à escola raramente se afasta da vontade de ensinar, aprender, participar e transformar realidades.

É esse espírito que inspira mais uma edição da **Vitalidade**, revista criada para dar visibilidade às histórias, aos direitos e aos desafios das aposentadas e dos aposentados da educação pública brasileira.

Nas próximas páginas, você vai encontrar um retrato diverso do envelhecimento no Brasil. Um envelhecimento que não cabe em estereótipos nem em ideias ultrapassadas sobre inatividade. Pelo contrário.

Encontrará mulheres e homens que seguem criando, estudando, militando, cuidando de suas comunidades, descobrindo novos talentos e construindo projetos de vida com a mesma dedicação que marcaram suas trajetórias profissionais.

Esta edição também convida à reflexão sobre temas que impactam diretamente a vida de milhões de brasileiros. A entrevista com Ricardo Berzoini lança luz sobre os desafios da Previdência Social e sobre a necessidade de construir caminhos que garantam proteção social para as atuais e futuras gerações.

Os artigos e reportagens abordam ainda questões como o combate ao etarismo, a participação política da população idosa, a saúde, a moradia, a inclusão digital e o direito de envelhecer com dignidade.

Reunimos experiências de sindicatos de todo o país que mostram como aposentadas e aposentados continuam na linha de frente das lutas por valorização, justiça previdenciária, saúde, qualidade de vida e fortalecimento da educação pública.

Mais do que uma publicação sobre aposentadoria, a **Vitalidade** é uma revista sobre pessoas. Sobre histórias que inspiram, experiências que merecem ser compartilhadas e trajetórias que ajudam a compreender o passado, enfrentar os desafios do presente e projetar um futuro mais justo.

Que esta leitura seja, ao mesmo tempo, informativa, acolhedora e inspiradora. E que cada página reforce uma certeza que atravessa toda esta edição: quem ajudou a construir a educação brasileira continua tendo muito a ensinar.

Boa leitura!





Ricardo Berzoini fala sobre retrocessos no sistema previdenciário desde 2019 e caminhos para ampliar fontes de financiamento

Fotos: Geovana Albuquerque

“Viver mais é uma conquista. Financiar essa longevidade é o desafio”

Parte dos três pilares da seguridade social, a previdência é um direito essencial para garantir o acesso à renda para trabalhadores e dependentes impossibilitados de trabalhar, seja pela chegada da aposentadoria após décadas de serviços prestados ou por infortúnios de doença, acidente e morte. Financiar um sistema tão complexo exige gestão estratégica por parte do Estado, que precisa manter essa rede de proteção aos cidadãos sem perder a sustentabilidade orçamentária.

Os desafios para estruturar uma previdência social verdadeiramente justa e solidária foi tema da entrevista concedida à CNTE pelo ex-ministro da Previdência e Assistência Social e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, Ricardo Berzoini. A experiência do servidor aposentado pelo Banco do Brasil também passou pelo movimento sindical, à frente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT na década de 90, e pelo cargo de deputado federal. Hoje, é sócio da Veredas Inteligência Estratégica e se dedica a palestras, debates e estudos sobre a previdência.

Para Berzoini, o sistema previdenciário é uma ferramenta de movimentação da economia, resultado de grandes lutas no século XX, que precisa ser repensada considerando as transformações do século XXI.



Há um fenômeno novo, que é a questão da inteligência artificial. Vai mudar radicalmente, progressivamente, o mercado de trabalho. É importante já pensar numa forma de tributar.

VITALIDADE Em abril, o senhor apresentou, no seminário de previdência solidária da CUT, um estudo com o histórico da previdência de 1988 até o presente. A partir desse trabalho, o que caracteriza e diferencia o sistema previdenciário brasileiro?

Berzoini: Primeiro, é um dos maiores sistemas do mundo. Envolve contribuintes do INSS, pessoas que recebem benefícios e, junto com o sistema público estadual, municipal e federal, dá algo em torno de 125 milhões de pessoas. E seus dependentes, porque muita gente depende da renda do aposentado. Ele é muito abrangente, protege bastante os trabalhadores, tanto da questão de aposentar, como da questão de pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário maternidade e outros benefícios importantes.

O sistema foi construído aos poucos no século XX. Antes, já tinha um sistema aqui, outro ali, de uma polícia militar, das forças armadas, e em 1923 começa a ter um sistema mais complexo e abrangente. Mas ele se consolida de verdade na Constituição de 1988, quando nós temos a definição do tripé da Seguridade Social — Previdência, Saúde e Assistência —, e um sistema de contribuições que financiam essas três políticas de proteção social. Na época da Constituinte, não foram feitos muitos cálculos, então o sistema já nasceu com alguns problemas de financiamento, mas foi feito um desenho de não financiar a Previdência só sob a folha de pagamento, mas financiar também com contribuições sobre o faturamento e sobre o lucro das empresas. Isso deu uma certa flexibilidade orçamentária para continuar avançando.

Com o passar do tempo, ocorreram dois fenômenos. Primeiro que a Previdência é muito suscetível às crises econômicas, ou seja, quando o desemprego aumenta a

necessidade de recursos não vinculados à folha aumenta muito também. E outro fenômeno é que nós estamos vivendo mais. Nos últimos 60 anos, nós ganhamos quase 25 anos de expectativa média de vida. O modelo de financiamento hoje não dá conta disso. O resultado é que o INSS tem um impacto muito grande no Orçamento da União, e os sistemas estaduais, municipais e o federal têm um impacto muito grande no orçamento de cada um dos entes da federação. Nós temos hoje um desafio enorme, que é pensar uma nova forma de financiamento, porque nós vamos continuar a crescer a expectativa de vida.

O senhor apresentou, na palestra, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como fonte alternativa para ampliar o sistema previdenciário. Como funcionaria essa proposta? Além dela, existem outras soluções para financiar a previdência?

A CSLL é uma alíquota que incide sob a mesma base no imposto de renda das empresas, só que é uma alíquota só para a seguridade social. Ela tem um defeito hoje que é ser igual para todas as empresas, com exceção do setor financeiro que paga mais, mas para as empresas não financeiras, é de 9% para todos. Têm empresas que são muito lucrativas e têm empresas que são pouco lucrativas. Se você iguala todos, você não reconhece que algumas têm mais capacidade contributiva do que outras.

A proposta que nós desenhamos, o rascunho precisa ser aperfeiçoado, é que uma das formas de corrigir o problema que nós temos hoje do impacto da previdência no orçamento público é justamente você poder conferir progressividade à CSLL. De modo que uma empresa que tem um lucro de 3%, 4%, 5%, 6%, continuaria pagando o que paga hoje. Quem tem um lucro, por exemplo, de 20% sobre o

patrimônio líquido, pagaria uma alíquota talvez de 15% ou 18% e assim progressivamente

E isso pode ser também extrapolado para outros ativos do Estado, por exemplo, o patrimônio mineral, tanto de energia, no caso do petróleo e gás, como patrimônio mineral de minerais de ferro, cobre, zinco e agora os minerais críticos ou terras raras. Você pode instituir uma contribuição para uma parte daquilo que seria o retorno para o Estado ser direcionado diretamente para a Previdência Social. Isso vale para os Estados, que podem ter royalties de várias atividades econômicas, como para a União, no caso dos minerais, já que o subsolo é patrimônio da União.

Além disso, há um fenômeno novo, que é a questão da inteligência artificial. Ela vai comer muitos postos de trabalho. Vai mudar radicalmente, progressivamente, o mercado de trabalho. É importante já pensar numa forma de tributar. Não se trata de você querer ganhar antes de que eles ganhem, mas se trata de conferir algum tipo de tributação sobre a atividade de modo que até o impacto que vai ter sobre o mercado de trabalho seja compensado pela tributação.

O envelhecimento da população brasileira foi usado antes como justificativa para enrijecer a previdência. No entanto, essa inversão da pirâmide etária é uma realidade observada tanto aqui quanto no mundo todo e não pode ser desconsiderada. Qual a avaliação do senhor sobre esse aspecto?

Isso acontece em todas as reformas. Na reforma que eu comandeí, que foi restrita somente aos servidores públicos, em 2003, nós tivemos um diálogo muito fértil com o movimento sindical, porque obviamente o movimento sindical era contra, mas eu explicava as razões para os fundamentos de uma reforma

apenas para corrigir determinadas distorções e permitir que o sistema tivesse uma sustentabilidade no longo prazo. Até essa boa intenção foi suplantada pelo tempo porque, evidentemente, a expectativa de vida subiu mais rápido do que se esperava. Então, a discussão sobre a expectativa de vida é um argumento válido, mesmo quando usado por pessoas que não são muito honestas.

No caso da reforma do Bolsonaro, eles vinham com a visão, que é sempre um argumento falso, de que se não fizer a reforma o Brasil vai quebrar. O Brasil não vai quebrar. Teremos déficit, mas não vai quebrar. O argumento mais correto é: qual é o nível de impacto orçamentário que é possível para a Previdência, dentro do orçamento da União, dos estados e dos municípios?

Qual deveria ser o enfoque do movimento sindical na hora de lutar por uma previdência que seja de fato solidária e justa?

Mostrar que a previdência não é só despesa. Ela é também um impacto econômico extremamente importante na economia. Quando eu falo que nós temos um gasto anual, só no INSS, de um trilhão de reais, dizem “Nossa, mas é muito dinheiro que é gasto”. Não, mas é muito dinheiro que é também gasto no mercadinho, na farmácia, na loja de roupa, porque os aposentados, pensionistas e demais beneficiários, eles estão na sociedade brasileira. Não é gente que viaja para Miami ou para Europa, é gente que consome aqui dentro. São pessoas que vão receber e consumir, então a roda da economia gira.

Que mensagem o senhor daria para quem está iniciando a carreira hoje e teme não conseguir se aposentar com dignidade no futuro?

Acho que a grande questão desse público, que está sendo influenciado também pela mídia dominante, é

entender que a previdência não é só para aposentar. As pessoas pensam muito para aposentar, mas cada um de nós está sujeito a ter um infortúnio de falecer repentinamente e a família fica desamparada, que é a pensão por morte. Você sofre um acidente de trabalho, vai ficar sem renda se não tiver segurado. Se você tem uma doença que é incapacitante, você vai precisar também de renda. Então as pessoas, muitas vezes os jovens falam “aposentar está lá longe”, como eu pensava quando tinha 20 e poucos anos. De fato, são muitas décadas, mas pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, são formas de você preservar a renda em algo que é imprevisível. Se não tiver um sistema previdenciário, fica cada um por conta da família.

Eu defendo que o sindicato tem que fazer um combate rigoroso à essa pejotização que está forte da economia, mas sempre foi. Eu comecei a militar nos anos 70, desde aquela época tinham muitas empresas que faziam fraude na contratação de pessoas físicas como se fosse PJ. [Os sindicatos devem] fazer uma defesa conceitual da Previdência Social para os trabalhadores. Isso daí significa um processo de campanha permanente, exige muita comunicação, muita persistência, reuniões em local de trabalho, campanhas publicitárias para fazer as pessoas entenderem que a previdência é uma conquista extraordinária do século XX. Hoje, você não tem mais o embate ideológico de antes, mas tem um embate que é fundamental, que é a consciência cidadã de que se eu não cuidar dos meus interesses, os empresários não vão cuidar.

Quais foram os direitos perdidos na Emenda Constitucional 103, a reforma da previdência de 2019?

De mais grave, teve a pensão por morte. Ela era integral. E, a partir de 2019, ela passa a ser parcial, 50% mais 10% por dependente, ou seja,

no mínimo 60%. Se a pessoa que ganhava R\$ 3 mil falecia, a família ficava com 3 mil. Hoje não, fica com R\$ 1.800. A questão da idade mínima, que aumentou, pode parecer razoável para pessoas como eu, que sou de classe média, trabalho num ambiente que não é insalubre, mas para os mais pobres é grave. Em São Paulo, em alguns bairros mais extremos da periferia, a expectativa de vida é de 59 anos. Nos bairros mais ricos, é de 84 anos. São 25 anos de diferença de expectativa de vida. Essa pessoa que trabalha num serviço pesado, em ambiente poluído, às vezes na rua exposto ao sol, ela não chega nem à idade de aposentar. Têm alguns que, não tendo dependentes, contribuem a vida toda e perdem esse dinheiro todo porque morrem.

Em relação ao cálculo do benefício, também mudou muito. Antigamente você podia descartar as

20 piores contribuições. Uma regra nova é a média de todas as contribuições, inclusive naquele período do começo da carreira, que muitas vezes a pessoa trabalha 4, 5 anos ganhando muito pouco. Então ele tem uma média rebaixada também. A aposentadoria especial para penosidade, insalubridade e periculosidade foi praticamente inviabilizada pelas novas regras.

E para os regimes próprios e servidores públicos, o que mudou?

Essas regras que foram dadas se aplicam também aos regimes próprios de servidores. No caso dos professores, manteve a redução de 5 anos. O governo da época não quis comprar essa briga. Mas, assim, mesmo com a redução de 5 anos, há um prejuízo inequívoco para os professores também. Professores e trabalhadores da educação em geral.

Teve a questão das alíquotas. Inclusive, no Distrito Federal, o governo Ibaneis foi cruel, estabeleceu a contribuição a partir de um salário mínimo. Muitas professoras que eram isentas, estavam aposentadas e isentas, passaram a contribuir com 11%, que é uma contribuição pesada. Essa também foi uma mudança que foi muito prejudicial. É uma perda de renda, um confisco, porque você tem uma contribuição de nativo a partir do teto do Regime Geral, que hoje é oito mil e pouco, você exclui 90% de pagar. Mas quando você cobra desde a faixa superior a um salário mínimo, você está, na verdade, retirando dinheiro que é dinheiro para comprar comida, para pagar a conta de luz e água.

O nível de endividamento dos professores aumentou muito, porque muita gente não está conseguindo adaptar o orçamento à nova



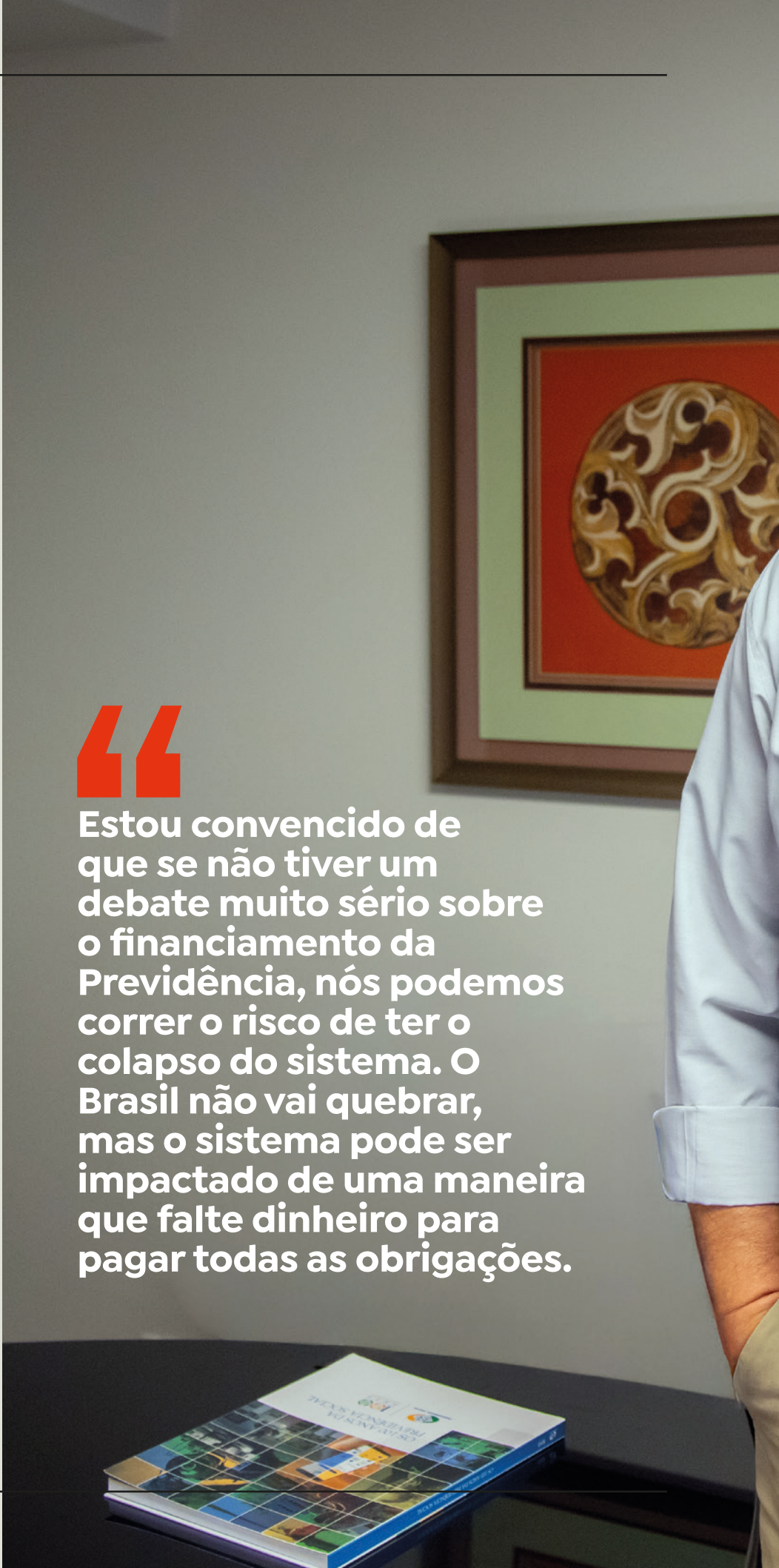
realidade, foi pegar empréstimo consignado. Aí se enrola inclusive com os empréstimos e vai se superendividando. Então, aqui no DF, o BRB, que é um banco público, foi extremamente cruel com os professores e professoras. No Brasil inteiro, não foi só aqui, mas aqui tem um banco estatal, que podia ser, pelo menos, um banco que cuidasse melhor dessa questão. Eles não obedeceram uma regra nacional que você não pode consignar mais do que 35% do salário. Tinha muito professor com limite zerado e o BRB fazia isso.

Depois de décadas acompanhando e debatendo a previdência brasileira, o que mais o preocupa e o que mais lhe dá esperança quando olha para o futuro da proteção social no Brasil?

É a possibilidade de fazer um debate amplo sobre financiamento. Se não tivermos esse debate, até para inclusive tratar do problema dos super salários, dos privilégios de alguns setores, como os militares. Eu sou filho de militar, então tenho tranquilidade para falar disso. Meu pai foi oficial do Exército, já faleceu há muito tempo. Não faz sentido você tratar dos direitos dos trabalhadores privados, ou até dos professores, e não tratar, por exemplo, do fato que muitos policiais se aposentam com 50 anos, alegando a periculosidade. Claro, tem perigo mesmo, mas faz sentido você abrir mão de uma pessoa experiente? Ela pode até não estar mais na rua, mas vai estar planejando ações, vai estar articulando planos de segurança. Não faz sentido você mandar ela para casa. No caso da mulher policial, muitas vezes é com 46, 47 anos.

“

Estou convencido de que se não tiver um debate muito sério sobre o financiamento da Previdência, nós podemos correr o risco de ter o colapso do sistema. O Brasil não vai quebrar, mas o sistema pode ser impactado de uma maneira que falte dinheiro para pagar todas as obrigações.





A esperança é essa. Eu estou convencido, inclusive como aposentado, estou convencido que se não tiver um debate muito sério sobre o financiamento da Previdência, nós podemos correr o risco de ter o colapso do sistema. O Brasil não vai quebrar, mas o sistema pode ser impactado de uma maneira que falte dinheiro para pagar todas as obrigações.

A educação pública tem passado por uma crescente precarização. Faltam concursos públicos para a categoria e, para preencher a demanda, as redes têm contratado cada vez mais funcionários temporários ou CLTs. Como esse desmonte é refletido na previdência dos profissionais da educação?

O pessoal que é temporário ou CLTista é vinculado ao Regime Geral e, pelo que eu sei, em alguns estados eles superam 60%. Isso mostra a erosão da base contribuinte do regime próprio. Se você conseguisse obrigar todos os estados a ter mais de 90% de professores concursados, você teria uma base contribuinte muito maior. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, hoje, para cada trabalhador aposentado, tem 0,6% na ativa, de todo o governo do Rio Grande do Sul. É o pior índice. Por quê? Porque tem muita terceirização.

É preciso ter também um convencimento, porque é muito fácil para o governador resolver o problema do mandato dele, só que ele está jogando o problema para frente. Ele fala “não, vou pagar menos, vou ter um cara aqui que é mais frágil, tem menos coragem de participar do movimento sindical”. Mas é uma erosão da base contributiva do regime próprio de setores públicos.

Velhices: dizer, proteger, promover



Vicente Faleiros

Assistente social, doutor em sociologia, professor emérito da UnB, poeta, militante dos direitos humanos, pesquisador e autor de publicações em ciências sociais.

A transição demográfica é incontestável. O Brasil já não é um país de jovens. A população de 0 a 14 anos diminuiu entre 1991 e 2022 de 34,7% para 19,8% e a de 60 anos ou mais aumentou de 7,3% para 15,8%. Em 2040, os idosos chegarão a 18% da população e as crianças a 17,6%. Tanto a sociedade como a política ainda não assimilaram e se adequaram a essa realidade. Persiste o idadismo aqui abordado, seguido da indicação das políticas públicas.

Idadismo e preconceitos

O idadismo é estruturado econômica, social, cultural, simbólica e politicamente, expressando a exclusão social das pessoas idosas, que se tornam “paisagem” da sociedade. Preconceitos com a velhice mostram “num lugar, sem lugar” (Faleiros, 2023) no contexto capitalista de desigualdades e exclusões. Aposentados são visados como improdutivos e não-competitivos. Preconceitos persistem em expressões simplificadoras como “todo velho é atrasado”, com o significado de imprestável, para ser jogado fora, objeto que vai para o lixo, negando a autonomia, as trocas sociais, o convívio familiar, o protagonismo e as contribuições das pessoas idosas. Há estereótipos positivos como experiência e sabedoria, mais presentes em sociedades tradicionais e estereótipos de compaixão pelos “velhinhos” como coitados ou como pessoas “fofinhas”. Os estereótipos negativos se reforçam nas relações entre grupos geracionais e

de interesses em desqualificar para substituir. A discriminação se refere ao conjunto populacional idoso etiquetado negativamente por ter uma idade avançada.

Combater o idadismo pressupõe olhar a longevidade como uma fase da existência, com mais tempo de vida e de sobrevivência às ameaças e riscos, implicando mudanças na vida e necessidade de constantes encaixes e resiliências. Pressupõe uma convivência intergeracional com respeito e diálogo, bem como o protagonismo e a escuta das pessoas idosas. Corpos envelhecidos são expressões da existência e não da feiura.

As plataformas digitais não devem ser de mão única, considerando os idosos como inadaptados, mas interagir com a diversidade e adequar-se à diversidade e heterogeneidade da população.

Políticas públicas de qualidade de vida

O objetivo estratégico das políticas para o bom envelhecimento é a garantia da qualidade de vida com intersetorialidade e integralidade. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa asseguram direitos à seguridade social, à vida saudável, ao convívio familiar com protagonismo, autonomia e cidadania para se envelhecer bem em uma sociedade inclusiva, embora o capitalismo tenha uma estruturação e hegemonia de desigualdades de raça, cor da pele, gênero, classe social e territórios. Há forças socio-políticas que defendem esse sistema

“Combater o idadismo pressupõe olhar a longevidade como uma fase da existência, com mais tempo de vida e de sobrevivência às ameaças e riscos, implicando mudanças na vida e necessidade de constantes encaixes e resiliências.

injusto e forças que se contrapõem a ele como expressão da contra-hegemonia. Vive-se mais à medida em que há mais proteção social pública e garantia jurídica dos direitos. As privatizações da saúde e da previdência eliminam ou reduzem esses direitos. São os fundos públicos que mantêm as transferências de renda e benefícios como direito, indispensáveis para se envelhecer com condições de sobrevivência, sem depender da caridade ou do suporte de outrem. Esse suporte público é ainda mais necessário em situações de dependência por exclusões sociais e perdas tanto por intercorrências de fragilizações e perdas de funcionalidade como por reconfiguração familiar.

A transição demográfica exige um plano integrado de políticas em uma rede de proteção articulada e progressiva conforme as necessidades e demandas, com centros de convivência, centros-dia, acolhimento de longa permanência e de cuidados continuados. Sistemas de comunicação e de gestão em rede são indispensáveis na responsabilização e complementariedade da proteção, conforme mapeamentos dos territórios. A prevenção é incontornável com informação, programas de interação, de atividades e de atenção básica com diagnósticos precoces. A escolaridade é condição essencial de longevidade, inclusive com educação para o envelhecimento.

As catástrofes ambientais, cada vez mais presentes, afetam significativamente a população idosa e crianças, exigindo prevenção e atenção

especiais. Manter o ambiente saudável é condição para uma vida saudável. As cidades precisam ser acessíveis, com estrutura, vias, transporte e estacionamentos adequados. É preciso ter equipamentos e promover atividades de lazer, cultura e de exercícios físicos e mentais.

O SUS utilizado por 80% da população idosa exige uma atenção rápida, acessível e adaptada. Velhice não é doença, mas intercorrências derivadas das condições biológicas, socioeconômicas e comportamentais precisam de diagnósticos precoces e de atenção contínua e eficaz ao longo da vida, que somente a saúde pública pode ofertar à maioria. A formação permanente e garantia de cuidadores torna-se indispensável com serviços domiciliares acessíveis e com efetivação da Política Nacional de Cuidados num país desigual e diversificado, implicando articulação das condições socioeconômicas, biológicas, comportamentais e das relações inter e intrageracionais. Romper com o isolamento e a violência é indispensável ao longo da vida com políticas de identificação, denúncia, prevenção e responsabilização de agressores e perpetradores tanto das violências institucionais como das interpessoais.

O envelhecimento é um processo inexorável e inevitável. Não se envelhece bem sem políticas públicas e cidadania no ciclo da existência individual e coletiva, sem condições estruturais do bem-viver e sem relações de convívio e comportamentais saudáveis. Respeitar as pessoas idosas é respeitar a vida e o ciclo de vida.

Referências

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA - LEI 10.741 DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. A estruturação do idadismo contra a pessoa idosa. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 34, n. 2, p. 01-20, 2023. <http://dx.doi.org/10.31423/22368493.v34i2.15332>.

Disponível em https://www.researchgate.net/publication/373931776_A_estruturação_do_idadismo_contra_a_pessoa_idosa#fullTextFileContent.

QUANDO A ESCOLA CONTINUA NA VIDA

*Aposentados e aposentadas
reinventam rotinas, fortalecem
causas e seguem transformando
pessoas e comunidades*

Há quem encontre na aposentadoria tempo para cantar, ensinar artesanato, cuidar da família, defender direitos ou simplesmente redescobrir prazeres adiados pela rotina de trabalho. O que une os personagens destas páginas é a certeza de que a vida não desacelera quando termina a carreira. Do Amapá a Santa Catarina, passando por Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso do Sul, eles mostram que seguir em movimento também é uma forma de educar

Uma pedagoga em ponto de macramê



Há 35 anos aposentada, Graça transformou o macramê, técnica artesanal que cria peças a partir de nós feitos com fios, em fonte de renda, bem-estar e uma nova forma de continuar ensinando

Aposentadoria abriu um novo capítulo na vida de Maria da Graça Teles de Souza. Aos 77 anos, a professora aposentada da rede estadual do Amapá mantém uma rotina intensa entre oficinas de artesanato, cursos e projetos que a colocam em constante movimento.

Bordados, costura, bijoias, pintura em tecido, cerâmica e o tradicional cipó-titica fazem parte de seu repertório. Atualmente, sua principal paixão é o macramê, técnica de tecelagem feita com barbantes e nós que resulta em suportes para plantas, bolsas e peças decorativas.

“A gente que está acostumado a sair todos os dias para trabalhar, quando se aposenta, fica um pouco ociosa. Eu fiquei inquieta. Antes mesmo de me formar em Pedagogia, já trabalhava com educação artística. Procurei o artesanato como terapia, mas acabei me dedicando de verdade”, conta.



Maria da Graça (77): Artesanato para o lazer e fonte de renda





Ela nunca deixou de ensinar

Graça atuou na educação pública desde 1968, em escolas de Macapá e Mazagão. Foram dez anos em sala de aula e outros 13 em cargos de supervisão e direção escolar. Em 1991, aposentou-se como supervisora pedagógica da Escola Estadual Mário Quirino da Silva.



Mas a despedida da educação não durou muito. Após a aposentadoria, trabalhou mais oito anos em uma fundação de ensino, onde exerceu funções ligadas à docência, orientação e gestão escolar.

Hoje, volta a ocupar o lugar de professora em oficinas de artesanato promovidas pelo Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá (SINSEPEAP), pelo Sindsep/AP e por organizações sociais.

“Principalmente com pessoas da minha idade, que muitas vezes ficam em casa e acabam enfrentando preocupações e problemas de saúde.”



O incentivo ao artesanato extrapola as oficinas. Frequentemente, moradores procuram Graça para pedir orientação ou aprender novas técnicas.

“É um prazer saber que tem mais alguém querendo aprender, seja para vender ou para presentear. Isso me deixa muito feliz.”

Artesanato que também gera renda

Com o tempo, os trabalhos manuais passaram a representar mais do que lazer. “Virou uma segunda fonte de renda. Meus netos até ajudam a vender algumas peças e ganham um dinheirinho.”

Além das encomendas feitas por conhecidos, Graça utiliza grupos de WhatsApp para divulgar os produtos e conquistar novos clientes. Em busca de aperfeiçoamento, ela ingressou no 1º Curso Técnico em Artesanato promovido pela Secretaria de Educação do Amapá e deve concluir a formação ainda este ano.

Ensinar e aprender: Graça busca cursos para aperfeiçoar sua técnica de artesã e também repassa o conhecimento para a comunidade





“Se você ainda tem disposição, não fique parado.”, aconselha a aposentada Graça Teles

Aposentada, não inativa

Para Graça, aposentadoria não significa parar. “Ninguém é inativo. A gente se aposenta de um trabalho apenas. Agora que eu estou ativa para tudo, né não?”

De segunda a sexta-feira, ela divide o tempo entre estudos, oficinas, consultas médicas e uma atividade da qual não abre mão: a dança.

“Adoro dançar. Mexe com o corpo inteiro e com a mente”. Quando retorna para casa, costuma retomar o macramê.

“É melhor ocupar a mente com uma atividade que traz satisfação e ainda ajuda na renda.” Passados 35 anos da aposentadoria, Graça acredita que essa fase pode ser marcada por descobertas e liberdade.

“Se você ainda tem disposição, não fique parado. Viaje, passeie, faça o que gosta. Trabalho também é estresse, mesmo quando a gente ama o que faz. A aposentadoria pode ser uma nova vida.

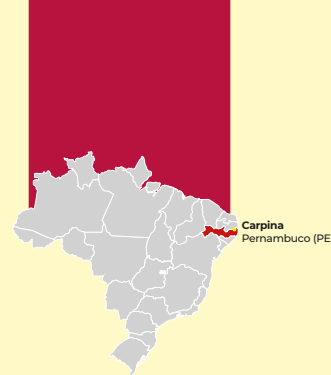




“ Eu não ensinava apenas a ler e escrever. Sempre procurei preparar meus alunos para a vida.

No canto e nas lutas, apareceu a Margarida

Ela se dedicou à educação por 46 anos e agora preenche a agenda com cuidados à saúde, militâncias e atividades culturais do sindicato



Carpina
Pernambuco (PE)



Foto: Katarina Santos da Silva

Desde que deixou a sala de aula, em 2012, Margarida Rosa Sampaio Sobreira de Moura decidiu aproveitar a aposentadoria para experimentar novas atividades. Hidroginástica, cursos de estética, blocos de Carnaval e projetos culturais passaram a dividir espaço com uma militância que se fortaleceu nos últimos anos. Hoje, aos 67 anos, a aposentada dedica boa parte do tempo às atividades promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação de Pernambuco (Sintepe).

Tudo começou quando foi convidada pela secretária para Assuntos dos Aposentados e das Aposentadas do sindicato, Socorrinho Assunção, para participar das aulas de canto. “Primeiro vieram as aulas de canto, depois a dança. Hoje também sou muito envolvida e muito militante”, conta.

Do magistério ao coral

Nas oficinas conduzidas pelo maestro Josias Gouveia, Margarida descobriu sua voz de soprano e passou

a integrar apresentações do coral. “A gente aprende a conhecer a própria voz. Quando termina uma apresentação, se sente uma estrela. Esse coral mexe com nosso interior. A pessoa idosa precisa se sentir valorizada.”

A mudança para Carpina facilitou a rotina e a aproximou ainda mais das atividades realizadas pelo sindicato na capital.

“O carro é um companheiro. Onde eu quero ir, eu vou.”



Foto: Katarina Santos da Silva

Militância que atravessa gerações

A participação sindical ganhou intensidade após a aposentadoria, mas a ligação com a organização da categoria vem de décadas atrás, ainda nos tempos da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), precursora do Sintepe.

Natural de Salgadinho (PE), Margarida iniciou a trajetória profissional aos 17 anos como supervisora municipal. Aos 23, ingressou na rede estadual de ensino, onde lecionou disciplinas da área da saúde na antiga educação profissionalizante.

Mais tarde, atuou em funções administrativas no Departamento Regional de Educação e na Secretaria de Educação. Para encerrar a carreira, voltou à sala de aula, trabalhando com crianças.

A visão sobre educação está diretamente ligada à sua atuação política.

“Todo ser humano é um ser social e político. Temos obrigação de lutar pelo melhor. É por isso que sigo na luta. Aqui encontrei um sindicato que batalha pelas pessoas.”

A aposentada também promove ações de solidariedade. Em

Surubim, criou um Varal Solidário, onde moradores podiam doar roupas e objetos em bom estado e retirar outros itens gratuitamente. Agora, pretende retomar a iniciativa em Carpina, em escala menor.

Prioridade para viver bem

Margarida define a velhice como “a oitava maravilha do mundo” e acredita que essa fase deve ser vivida com movimento e propósito.

“Agora, minha prioridade é o meu bem-estar. É realizar as coisas que eu tenho vontade. Sempre gostei de esporte, música, dança e estudos.





Depois de aposentada, fiz artesanato, hidroginástica, cursos de cabeleireiro e estética. Faço academia e gosto de caminhar na praia.”

Entre as conquistas recentes está a participação no tradicional Bloco Lírico Flor do Tamarindo, campeão do Grupo Especial no concurso de agremiações promovido pela Prefeitura do Recife.

Para conciliar compromissos, Margarida recorre a uma ferramenta simples: organização.

“Sou disciplinada. Tudo que vou fazer eu anoto. Quando não dá tempo de fazer tudo, vejo as prioridades e deixo o restante para outro dia.”

A agenda continua cheia, mas agora guiada por uma escolha pessoal: ocupar o tempo com aquilo que lhe faz bem, sem abrir mão das causas que sempre ajudaram a definir quem ela é.



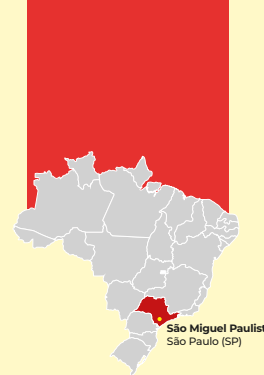
Saber acolher sem julgar

Referência para gerações de estudantes em São Miguel Paulista, ele agora celebra uma fase marcada pela proximidade, pelo afeto e pela construção de memórias em família

O cargo registrado na carteira de trabalho era Auxiliar de Serviços Gerais. Mas quem passou pela Escola Estadual Dom Pedro I, em São Miguel Paulista, sabe que Donizete Brandão foi muito mais do que isso.

Durante mais de três décadas, ele esteve no portão da escola recebendo estudantes, conversando com famílias e acompanhando de perto o cotidiano de adolescentes que, muitas vezes, precisavam apenas de alguém disposto a ouvir.

Hoje, aos 68 anos, Donizete vive uma nova etapa. Aposentado, continua próximo da educação, mas dedica boa parte do tempo à convivência com a esposa e os filhos. Mais do que uma mudança de rotina, a aposentadoria trouxe a oportunidade de viver com mais intensidade aquilo que considera sua maior realização: a família.



Donizete passa a maior parte do tempo fazendo o que mais gosta: curtindo a vida ao lado família



Muito além do portão da escola

Ao longo dos anos, Donizete construiu vínculos que ultrapassavam suas atribuições formais. Abria e fechava portões, orientava visitantes e acompanhava a entrada e saída dos estudantes, mas também estava sempre disponível para uma conversa.

“O primeiro contato que os alunos e as famílias têm normalmente é com os funcionários da escola.”

Uma das histórias que mais o emocionam é a de uma estudante que enfrentou uma grave depressão após perder o namorado em um acidente. Com apoio da escola, de colegas e da comunidade, ela recuperou a confiança, retomou os estudos e seguiu adiante. Anos depois, tornou-se advogada.

Ao lembrar do caso, Donizete reforça uma convicção construída ao longo da vida.

“Tem saída. Mesmo quando parece que não tem.”

O valor da escuta

A convivência diária com adolescentes ensinou as lições que ele levou para dentro de casa. Para Donizete, acolher vem antes de julgar.

Quando percebe que algum dos filhos está enfrentando dificuldades, procura sentar e conversar.

“Eu estou à disposição de vocês. Tem problema? Me conta.”

Pai de Felipe, de 20 anos, e Gabriel, de 18, ele acredita que a confiança foi construída ao longo dos anos.

“Sempre falei para eles: vocês têm os amigos lá fora, mas o maior amigo de vocês é o pai.”

Essa relação se tornou ainda mais próxima após a aposentadoria, quando passou a acompanhar mais de perto uma fase decisiva da vida dos filhos.



Construindo memórias em família

Passeios ao cinema, treinos na academia, refeições compartilhadas e conversas sem pressa passaram a ocupar um espaço maior no dia a dia da família.

Donizete também faz questão de estimular valores como responsabilidade e colaboração. Criado sem a mãe, que morreu quando ele tinha apenas três anos, aprendeu cedo a cozinhar, cuidar da casa e dividir tarefas. A experiência influenciou a educação dos filhos.

Em casa, todos participam das atividades cotidianas. Para ele, o cuidado com a família é uma responsabilidade compartilhada.

A parceria entre Donizete, a esposa Malu e os filhos aparece nos programas simples que os quatro costumam fazer juntos e que ajudam a fortalecer os laços familiares.

Presença que continua ensinando

Embora tenha deixado a escola, Donizete acredita que continua exercendo o papel de educador de outra forma.

A experiência acumulada ao longo de mais de 30 anos o convenceu de que dentro da família é indispensável estar verdadeiramente presente e manter o diálogo de forma constante.

“Tem que estar sempre perto. Pode ser que eu não resolva o problema, mas posso ajudar a encontrar uma solução.”

A mesma escuta que acolheu gerações de estudantes segue orientando sua vida. Agora, fora dos muros da escola, ela ajuda a construir aquilo que Donizete considera seu legado mais importante: uma família unida pelo afeto, pela confiança e pela certeza de que ninguém precisa enfrentar os desafios sozinho.



A rotina de exercícios físicos de Donizete na academia é alternada com os momentos de escuta e muito diálogo com esposa e filhos





Legado de equidade que brilha dentro e fora da escola

Quando se aposentou, Josefina viu uma oportunidade de equilibrar o ativismo social antirracista com o glamour do autocuidado

A aposentadoria trouxe mais tempo para Josefina Silva Boscia se dedicar às causas que a acompanham há décadas. Aos 73 anos, a ex-supervisora escolar divide a rotina entre a defesa da igualdade racial, as atividades sindicais, a formação de educadores e os momentos de convivência com a família.

Depois de 24 anos na rede estadual de ensino de Santa Catarina, ela descobriu que encerrar um ciclo profissional não significava abandonar sua missão.

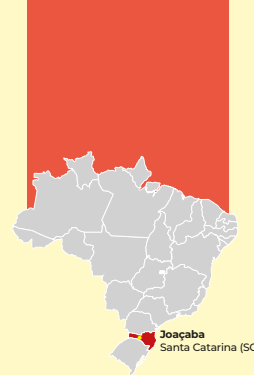


Foto: Arquivo pessoal



Foto: Arquivo pessoal



Educação antirracista antes da lei

Josefina começou a atuar na educação em Joaçaba, em 1994. Logo nos primeiros anos de trabalho, percebeu a ausência de referências positivas à população negra no ambiente escolar e decidiu agir.

Em 1995, passou a desenvolver atividades voltadas ao estudo das africanidades, muitos anos antes da criação da Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. “Fui trabalhar na escola e percebi que nós, da etnia negra, éramos intimidados. Pensei: ‘Eu tenho uma missão aqui.’”

Ao lado de colegas, organizou ações que envolviam dança, música, arte e debates sobre identidade racial. O objetivo era fortalecer a autoestima dos estudantes negros e ampliar a compreensão da diversidade entre toda a comunidade escolar.

“Nosso povo precisava de visibilidade, de se aceitar e reconhecer a própria beleza.” As atividades mobilizavam professores de diferentes disciplinas, estudantes e famílias, transformando a escola em um espaço permanente de diálogo e valorização cultural.

Reconhecimento por uma trajetória pioneira

O trabalho desenvolvido ao longo de décadas ganhou reconhecimento público em 2025, quando Josefina recebeu o título de Mestre da Cultura Popular de Santa Catarina, concedido pela Fundação Catarinense de Cultura.

A homenagem é destinada a pessoas com mais de 60 anos que contribuíram de forma significativa para a identidade cultural do estado. “Fico muito emocionada, porque nunca fizemos esse trabalho pensando em reconhecimento. Fizemos para que o povo negro se sentisse visível e tivesse oportunidade de equidade.”

Paralelamente à atuação na educação, Josefina também construiu uma trajetória ligada ao movimento sindical. Participa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte-SC) e da CUT desde o início da carreira, tendo integrado diretorias e participado de mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Formando educadores para a equidade

Mesmo aposentada, Josefina continua colaborando com a educação pública. Em 2025, foi convidada pela Secretaria de Estado da Educação para atuar como agente de formação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

A iniciativa busca preparar profissionais da educação para implementar ações voltadas à promoção da igualdade racial nas escolas. “É um trabalho para dar visibilidade, oportunidade, respeito e dignidade aos nossos estudantes negros.” Para ela, o maior desafio é fazer com que os profissionais compreendam a importância de reconhecer as diferentes identidades presentes no ambiente escolar.

Durante a preparação para a formação, Josefina aprofundou os conhecimentos sobre diferentes países africanos e afirma que a experiência ampliou ainda mais sua visão sobre cultura e educação. “Percebi como ainda sabemos pouco sobre o continente africano.”

Lutar e celebrar

A militância continua sendo uma das suas maiores paixões. “Se tem uma escola ou um quilombo para visitar, eu não deixo de ir. Apenas escolho melhor onde vou.” Ao mesmo tempo, Josefina aproveita a liberdade da aposentadoria para cuidar de si mesma. Gosta de viajar para visitar a filha e os netos em Florianópolis, caminhar pela cidade, encontrar amigos e desfrutar pequenos prazeres.

“Meu dinheirinho que eu ganho, gosto de comprar cremes e tomar espumante. A gente também tem o nosso glamour.” Autodeclarada festeira, decidiu enfrentar outro desafio recentemente: participar de um concurso de canto. Na terceira edição do Santa Catarina Canta, apresentou a música *Canto das Três Raças*, de Clara Nunes.

“Nunca tinha tido coragem. Agora, com 73 anos, pensei: vou me divertir.” Também segue presente em manifestações e mobilizações sociais. Participou da Marcha Global de Mulheres Negras, em Brasília, e já se prepara para novas jornadas de luta.

Uma vida feita para brilhar

Ao olhar para trás, Josefina vê na aposentadoria a oportunidade de continuar contribuindo com as causas em que acredita, sem abrir mão dos momentos de prazer e convivência.

Para ela, o segredo é simples: “Eu sempre falo que a nossa vida é um palco iluminado. Na essência, todos nós somos iguais. Nas diferenças, precisamos nos respeitar.”

E conclui com a mesma convicção que guiou sua trajetória dentro e fora da escola: “A vida lhe foi dada para você brilhar. Faça o que você gosta.”

“A vida lhe foi dada para você brilhar. Faça o que você gosta”, celebra Josefina



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Arquivo pessoal



O que vale na vida é a caminhada

Entre o zelo na cozinha e o cuidado com o próximo, Cidinha trilhou a pé uma trajetória de dedicação à educação pública

Quem conhece Maria Aparecida da Costa Souza logo descobre duas características marcantes: o talento para a culinária e o prazer de caminhar. Aos 62 anos, a merendeira aposentada da rede estadual de Mato Grosso do Sul transformou as andanças pela cidade em um estilo de vida.

“Gosto de bater perna. Tem um ponto de ônibus na frente da minha casa, mas eu prefiro ir a pé.”

Moradora de Campo Grande, Cidinha costuma percorrer longas distâncias observando a movimentação das ruas. Para ela, caminhar é uma forma de manter o corpo ativo e a mente organizada.

“Quando volto, minha cabeça trabalha até melhor.”

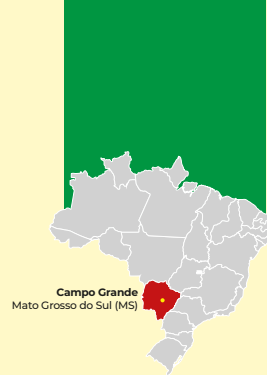


Foto: Werling Americano/FETEMS



Foto: Werling Americano/FETEMS



Foto: Werling Americano/FETEMS

O amor pela cozinha esteve na profissão de merendeira e, agora, segue como hábito de casa

A cidade vista a pé

Em casa, gosta de resolver palavras cruzadas, montar quebra-cabeças e fazer crochê. Mas é na rua que encontra sua maior diversão. “Curtir a vida para mim é passear.” O hábito das caminhadas ajuda a manter o ritmo de uma rotina repleta de compromissos, encontros e atividades ligadas ao sindicato e à comunidade. Quando retorna para casa, costuma reservar um tempo para outra paixão: a cozinha.

Experimentar receitas encontradas nas redes sociais e criar novas versões dos pratos é uma forma de manter vivo um talento desenvolvido ainda na infância. “Olho uma receita e vou adaptando. Gosto de testar coisas novas.”

Da merenda ao cuidado com as pessoas

Cidinha trabalhou 26 anos na Escola Estadual Elvira Mathias de Oliveira. Primeiro atuou na área de limpeza e, posteriormente, assumiu a função de merendeira, atividade que exerceu até a aposentadoria.

O cuidado com os alimentos sempre foi uma marca do seu trabalho. “A comida é muito sagrada. Tudo precisava estar limpo e organizado.” O gosto pela cozinha vem de família. A mãe também foi merendeira e ensinou desde cedo as tarefas domésticas e os segredos da culinária. “Eu aprendi observando e ajudando desde criança.” A tradição permanece viva entre os familiares. A filha, Renata, também trabalha com produção de alimentos.

Solidariedade como rotina

A aposentadoria não diminuiu seu envolvimento com as pessoas. Pelo contrário. Cidinha participa das atividades da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) e faz questão de manter outras aposentadas informadas sobre as ações da entidade.

“Não é porque aposentei que vou ficar só olhando televisão. Preciso estar

informada.” Mas sua atuação vai além do movimento sindical. Ajudar amigos, vizinhos e parentes é parte da rotina. “Se uma pessoa pede ajuda, eu só pergunto: ‘Que dia?’” Cuidar de crianças, acompanhar alguém a consultas ou resolver problemas do cotidiano são tarefas que ela assume com naturalidade.

Superação sem perder o humor

A disposição para seguir em frente foi colocada à prova em diferentes momentos da vida. Em 2015, um acidente a deixou oito meses em uma cadeira de rodas. Após a recuperação, voltou gradualmente às caminhadas que tanto aprecia. Alguns anos depois, enfrentou outro desafio ao descobrir uma alteração cerebral que exigia cirurgia. Nem mesmo diante da possibilidade de um procedimento delicado perdeu o bom humor. “Eu senti um carço e perguntei para a minha filha ‘O chifre não nasce na frente da cabeça? Pois o meu é do lado’, lembra, rindo.

Cidinha foi a primeira paciente de Mato Grosso do Sul a ser submetida a uma microcirurgia cerebral endoscópica, técnica que utiliza uma câmera acoplada a um aparelho celular para visualizar tumores sem a necessidade de remover partes do crânio. Menos invasivo, o procedimento durou apenas 20 minutos. “O médico perguntou se eu estava bem depois da cirurgia. Para provar que sim, fiz as palavras cruzadas que minha filha tinha levado.”

O valor da caminhada

Hoje, Cidinha continua vivendo da forma que mais gosta: em movimento. Entre passeios, atividades sindicais, encontros com amigos e momentos em família, mantém a convicção de que a aposentadoria não é um ponto de chegada, mas uma nova etapa da jornada.

Com amigos, uma família feliz e muito chão para andar, ela tem motivos de sobra para sorrir. Para Cidinha, o segredo é simples: seguir em frente, caminhando, ajudando quem precisa e encontrando beleza pelo caminho.



Foto: Werling Americano/FETEMS

Cidinha mantém a convicção de que a aposentadoria não é um ponto de chegada, mas uma nova etapa da jornada



Foto: Werling Americano/FETEMS

PESSOAS 60+ JÁ SÃO A 24% DO ELEITORADO BRASILEIRO EM 2026

As pessoas acima de 60 anos aptas a votar já somam mais de 37,4 milhões, mas falta de acessibilidade e invisibilização dessa população no debate político podem ser empecilhos para a participação efetiva no pleito

Ao passo que a população brasileira aumenta a expectativa de vida e envelhece, as pessoas acima de 60 anos ganham mais espaço nas urnas. Em 2026, são mais de 37,4 milhões de eleitores/as nessa faixa etária, o que equivale a 23,60% de todo o eleitorado nacional, segundo os dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na prática, nas Eleições 2026, um a cada quatro votos pode ser de cidadãos com 60 anos ou mais. Uma pesquisa da Nexus — realizada em março com base no TSE —, reportou que o aumento no número de pessoas idosas aptas a votar alcançou os 74% no comparativo com as eleições de 2010, quando 20,8 milhões se enquadravam na terceira idade.

“É um crescimento significativo e ele é importante, porque é um eleitorado que vota. Mesmo os/as eleitores/as na casa dos 70 anos, para quem não é mais obrigatório, o índice de participação é bem importante”, comentou a ex-coordenadora Nacional de Direitos da Pessoa Idosa do Governo Federal (2012-2015), Neusa Pivatto.

Marcar presença nos domingos eleitorais é algo que essa faixa etária tem feito: no último pleito, em 2022, 21,6 milhões de pessoas idosas participaram do primeiro turno, chegando a 65,5% de comparecimento. Dessas, 7,36 milhões tinham idade acima de 70 anos.

Para Neusa, que também é cientista social, os altos níveis de engajamento não surpreendem, pois são o resultado do envelhecimento de uma geração de cidadãos e cidadãs com consciência política. “É uma geração que militou muito pela mudança, militou pelas diretas já, militou



Foto: Arquivo pessoal

**“ Nós não
somos uma geração
que desiste fácil.**

Neusa Pivatto

pelo acesso a direito, militou pela constituinte. Então, é uma população bastante participativa, não podia ser diferente na questão do voto”.

“Nós não vamos ter uma geração de velhos e velhas iguais a que nós somos tão logo, porque essa geração é uma geração de muita luta no sentido da sobrevivência, da militância e da sobrevivência física. Sofreram muito e tiveram que batalhar para que o país não se tornasse pior do que se tornou. Eu diria que nós não somos de desistir fácil,” avalia.

Outro fator decisivo para a ampliação da terceira idade nas eleições é o próprio envelhecimento populacional. No último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas 60+ já correspondiam a mais de 15% da população total no país. Essa parcela era de 10,8% em 2010.

Transformação da sociedade

A expansão pode representar uma mudança nos assuntos que mobilizam os/as eleitores/as, que passam a olhar mais para as demandas políticas sob a perspectiva do envelhecimento — como a ampliação da previdência social, a efetividade do sistema de saúde, a oferta de cuidados especializados e acessibilidade, além da universalização da alfabetização e letramento digital para adultos.

A educação também tem um papel relevante na questão eleitoral. “Nós temos ainda quase 5 milhões de pessoas não alfabetizadas com 60 anos ou mais. Principalmente mulheres, porque são de um tempo em que eram proibidas pelos maridos e pais. Homens também, na população rural. Melhoramos muito na área de educação, mas essa faixa de idade foi esquecida e continua sendo esquecida”, disse Neusa.

Cléa Kouri, uma das idealizadoras da campanha Voto70+



Foto: Gabriela Marrero

SOU 70+

E VOU DECIDIR A ELEIÇÃO

37,4 milhões

de brasileiros **com 60
anos ou mais** estão
aptos a votar em 2026.

1 em cada 4 votos

pode vir de **eleitores
com mais de 60 anos.**

Outro desafio que tende a ganhar relevância é a infraestrutura das cidades, ainda pouco preparada para acomodar a população idosa. A sócia-fundadora do data8 — um núcleo de pesquisa sobre comportamento de consumo e tendências de mercado da população com mais de 50 anos —, Cléa Kouri, destacou que cresce hoje uma preocupação com segurança de maneira mais ampla, para além de assaltos e golpes.

“Ter a segurança de que eu possa ter calçadas para caminhar livremente, onde eu possa ter acesso aos meios de transporte de uma maneira mais adequada ao meu momento de vida. A gente sempre diz que, conforme a idade vai passando, vira uma questão de ‘meu bairro, minha vida’. Tudo acontece ali, não se deslocam tanto. Como é que as políticas públicas podem olhar e trazer coisas que façam com que essas pessoas tenham mais recursos no local onde elas vivem?”, explicou Cléa.

Legislar o envelhecimento

Ver refletidas essas demandas na oferta de políticas públicas exige reivindicação popular. Em uma sociedade democrática, o voto é uma das principais ferramentas de defesa dos interesses do povo, explicam as especialistas ouvidas pela CNTE.

“Se você não vota numa pessoa que defende os direitos de quem mais precisa e não tem o cuidado de votar em representantes, você acaba votando em quem tira os direitos. E o envelhecimento não está sendo pensado ainda com a urgência que ele demanda”, apontou Neusa Pivatto.

Como exemplo, ela citou a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas — tratado internacional vinculante que regula de forma completa e sistemática os direitos da pessoa idosa, desde a não discriminação à integração comunitária e o acesso

à informação, saúde e trabalho. O Brasil assinou a Convenção em 2015, mas o processo de implementação segue parado no Congresso Nacional desde 2018. Neusa participou do processo de construção do documento.

“O Brasil atuou de forma muito incisiva na construção do texto e ele foi aprovado em todas as comissões, só que travou no Plenário da Câmara dos Deputados por falta de consenso entre os partidos”. Para surtir efeito na ponta, ela precisa ser ratificada.

A campanha “Ratifica Já”, apoiada pela Central Única dos Trabalhadores, tem como objetivo pressionar o Congresso a concluir o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 863/2017, que oficializa a Convenção. “Todos temos os mesmos direitos, seja lá quais forem as escolhas ou as concepções construídas ao longo do tempo da vida”, finalizou Neusa.

“Por isso a importância do voto: nós estamos reivindicando direitos. Direito de morar, à saúde e à educação. Votamos para demandar, tanto no plano estadual quanto no suporte

nacional, as questões que mais nos preocupam.

Em busca do voto 70+

Foi pensando na valorização das pessoas com mais de 70 anos de idade que o data8 desenvolveu a campanha “Voto 70+”, que incentiva essa população a participar das eleições em 2026 e retomar o protagonismo nos debates públicos.

Coordenadora da iniciativa, Cléa explicou o que levou à idealização do projeto: “Mais de 50% dessas pessoas deixaram de votar, porque não sentiam que deveriam continuar a participar da vida cívica do país. A gente detectou uma abstenção grande também de mulheres, maior do que a dos homens. E como um dos nossos propósitos é ter uma sociedade longeva mais inclusiva e próspera, nós vimos uma oportunidade para colocar um pouco de luz nisso”.

Atualmente, a campanha Voto 70+ busca coletar os sonhos que as pessoas idosas têm para melhorar o Brasil, por meio do site votodaexperiencia.com.br. “A partir do momento que você

começa a sonhar, você cria todo um vínculo e vontade de que aquilo seja realizado”, esclareceu Cléa. No futuro, a intenção é consolidar esses anseios compartilhados em um documento.

“Agora nós estamos num movimento de tentar falar com os tribunais regionais e com o TSE para que eles possam deixar os locais de votação mais acessíveis. Colocar uma cadeira para as pessoas sentarem, ter uma água caso venham de longe, ações que garantam que quem for votar se sinta melhor acolhido”, propôs Cléa.

Outra frente de atuação do Voto 70+ é a interação com a família, chamando filhos/as, netos/as e parentes próximos para conversarem com as pessoas idosas, convidando-as a comparecerem às eleições.

Cléa sugere que os dias eleitorais podem ser tratados como um momento de união: “Eu vou com meus avós e meus pais votar e depois vamos passar o domingo juntos. Trazer esse momento de união da família, de celebração, para marcar a importância desse público no desenrolar da política do país”.

O envelhecimento do eleitorado brasileiro

Eleitores 60+

2010
20,8 milhões

2026
37,4 milhões

Crescimento de 74% em 16 anos.

Fonte: IBGE/TSE

Brasil está ficando mais velho

Faixa etária

0 a 14 anos 2010 **24,1%** 2022 **19,8%**

60+ 2010 **10,8%** 2022 **15%**

Menos crianças, mais idosos.

Fonte: IBGE/TSE



Heloisa Helena Sipoli da Silva, 77 anos

**“ Enquanto
estiver viva,
eu vou votar.**

A mineira que nunca perdeu uma eleição

O senso de dever cívico não depende de idade. Aos 77 anos, Heloísa Helena Sipoli da Silva faz questão de votar e nunca justificou uma ausência — esteve presente em todos turnos eleitorais desde que tirou o título aos 18 anos, em 1966.

“Desde que você esteja lúcido, você tem que exercer a cidadania, mesmo com a idade. Aquele voto vai fazer falta para alguma coisa, para um hospital, para a educação. Eu incentivo as pessoas: ‘se quiser eu levo, eu te busco’. Na última eleição mesmo, peguei uma amiga e levei ela para votar na escola”, comentou Heloísa.

Mineira saída do município de Ponte Nova (MG), a costureira aposentada vive em Brasília há 51 anos. Se mudou em 1974 para acompanhar o marido, que estava em busca de melhores oportunidades na carreira, e veio carregando nos braços o filho Simon, primeiro dos quatro que teve, quando ele tinha apenas 40 dias de vida.

“Eu parei de votar quando eu vim pra Brasília, porque aqui não votava”, conta. Heloísa vivenciou por 12 anos a falta de autonomia política que existiu no Distrito Federal (DF) durante a ditadura militar. Fundada em 1960, Brasília testemunhou ainda jovem a chegada dos militares, em 1964. Todos os chefes do Executivo no distrito eram nomeados pelo governo federal.

A situação começou a mudar em 1986, quando os/as moradores/as da capital puderam escolher pela primeira vez os representantes para a Câmara dos Deputados e Senado Federal. O pleito para eleger candidatos locais só aconteceu em 1990, para os cargos de governador e deputados distritais, depois que a Constituição Federal de 1988 reconheceu a independência do DF.

Heloísa lembra que, em Minas, votar era um motivo de festa: “Todas as eleições que tinha, eu estava lá. Eu ia nos comícios, quando era adolescente ia lá pegar laranja. Eu ainda morava no interior, vinham aqueles caminhões cheios da roça, com gente para votar. E pra gente era festa, festa de votar”.

Desde que as eleições em Brasília começaram, Heloísa não deixou mais de participar. Sempre leva em mãos a carteira física do título de eleitor e os números dos candidatos que escolheu, após pesquisar as propostas de cada um. Conversa com os filhos e netos sobre as notícias e não esquece de acompanhar o que foi prometido: “Eu vejo muito depois no celular, muita coisa no Instagram, e eu falo com meus meninos ‘isso é mentira?’, ‘isso aconteceu?’”.

“Muitos oferecem um monte de coisa, depois que passa a eleição, você nem vê as pessoas”, lamenta a aposentada. Ainda sim, sabe que é necessário fazer sua parte. “Agora, eu não fico sem votar, não. Se você não votar, mais pra frente você vai se arrepender, porque aquele voto seu poderia ter ajudado a escolher uma pessoa melhor”.

Para Heloísa, o Brasil ainda carece de projetos de saúde e de ensino público eficientes. A preocupação aumenta quando analisa as demandas específicas da terceira idade. Seus irmãos às vezes precisam sair de Minas Gerais para encontrar atendimento adequado nos hospitais.

“Meu irmão mais novo já está com 75 anos. Eles vêm muito aqui para fazer consultas básicas, porque lá em Minas a saúde é mais difícil. E tem a localização também, muito morro, a acessibilidade é ruim”, explicou Heloísa.

**SOU 70+
E VOU VOTAR**

**EU ESCOLHO.
EU VOTO.**



**PRATA
NO CABELO,
OURO NA
EXPERIÊNCIA,
VOTO NA URNA**



**EXPERIÊNCIA EU TENHO.
VOTO TAMBÉM.**



Foto: Geovana Albuquerque

VOCÊ TREINA TANTO PRA QUÊ? PARA FICAR IGUAL À VOVÓ ZILDA

Ao lado do neto Nikolas Chaves, o “Personal dos Avós”, Dona Zilda, de 107 anos, mostra que longevidade se constrói com movimento, afeto e propósito

Fotos: Gabriella Seabra

“Vai, dois mais dois!”

Sentada em uma cadeira, Dona Zilda Chaves recebe mais um dos desafios lançados pelo neto, Nikolas Chaves. Antes mesmo de responder à conta, vem uma segunda tarefa:

“Qual palavra rima com quatro?”

“Prato”, responde ela, levantando-se da cadeira.

A cena, aparentemente simples, faz parte de uma rotina que conquistou as redes sociais. Aos 107 anos, Dona Zilda se tornou a estrela principal do perfil “Personal dos Avós”, criado por Nikolas, profissional de Educação Física de 48 anos. Eles vivem em Belo Horizonte.

Os vídeos publicados ao lado da avó viralizaram: hoje o perfil no Instagram tem cerca de 300 mil seguidores e as visualizações já ultrapassaram as dezenas de milhões.

Dona Zilda mantém uma rotina regular de exercícios físicos alternados com tarefas cognitivas e muito afeto do neto, o educador físico Nikolas Chaves

Mas por trás da fama digital existe uma história construída ao longo de mais de um século, marcada pelo amor ao conhecimento, pela disciplina e por uma visão de vida que parece atravessar gerações.

A professora que alfabetizava crianças em casa

Nascida em Campina Verde, no Triângulo Mineiro, Dona Zilda cresceu em uma fazenda. Ainda jovem, percebeu que muitas crianças da região não tinham acesso à educação formal. Decidiu então abrir as portas de casa para ensinar.

“Tinham muitas pessoas pobres nas redondezas e ajudei na alfabetização de crianças que não tinham acesso às escolas”, diz Dona Zilda, sempre com um sorriso no rosto. A iniciativa ocorreu nos anos 1940, muito antes de a educação alcançar a capilaridade que possui atualmente.





Décadas depois, a paixão pelos livros permanece intacta.

“A minha vida é ouvir música e ler livros. Leio o dia inteiro ouvindo música clássica.” Mesmo aos 107 anos, ela continua lendo diariamente.

“Às vezes leio com mais dificuldade, mas minha vista ainda é boa.”

No livro sobre a vida de Dona Zilda, *Uma Notável Centenária*, sua filha, Katia Chaves, descreve uma estante repleta de filósofos, cientistas, mestres orientais e pensadores espiritualistas. “Ela tem uma coleção de autores: filósofos, neurocientistas, mestres orientais, iogues e espiritualistas”, escreve Katia.

“Ela diz que os livros que lê expandem nossa percepção sobre a vida e a morte. Ajudam a superar o medo. A entender o mistério. A reconhecer Deus fora e dentro de nós”, relata a filha sobre Zilda.

Quando o cuidado familiar virou profissão

Foi durante a faculdade de Educação Física que Nikola começou a observar mais atentamente a rotina dos avós.

“Eu acompanhava os atendimentos que minha avó fazia com a fisioterapeuta e observava alguns exercícios. Então fui aplicando os conhecimentos com ela que aprendia na graduação.”

O que começou como um cuidado familiar acabou definindo toda a sua trajetória profissional.

Hoje conhecido como “Personal dos Avós”, ele atende principalmente pessoas idosas e atribui à própria avó parte importante dessa escolha. “Ela sempre gostou de enxergar o lado positivo das coisas. Acho que isso contribuiu muito para sua longevidade.”

Outro aspecto que chama sua atenção é o hábito permanente de leitura. “A

leitura contribuiu para a reserva cognitiva dela. O fato de ter lido muito ao longo da vida ajudou a preservar a cognição e a autonomia.”

Dupla tarefa, infinitos afetos

Os vídeos que viralizaram nas redes mostram Dona Zilda realizando contas simples, exercícios de memória ou jogos de palavras enquanto se movimenta.

Por trás dessas interações existe uma estratégia conhecida como treinamento de dupla tarefa.

Na prática, o método combina um desafio motor (físico) com um desafio cognitivo realizado simultaneamente. Enquanto se levanta da cadeira, por exemplo, Dona Zilda precisa responder perguntas, fazer cálculos ou encontrar palavras que rimam.

“Quando trabalhamos estímulos cognitivos, estamos trabalhando autonomia, que envolve tomada de decisão e raciocínio. Quando trabalhamos estímulos motores, trabalhamos mobilidade, que está relacionada à independência. As duas formam a saúde funcional”, explica Nikola.

O conceito é tema do guia **ATIVA IDADE: Guia Prático de Treino de Dupla Tarefa para Pessoas Idosas**, elaborado pelo **Grupo de Estudos de Aspectos Neuropsiquiátricos e Motricidade (GEANM)**, da **Universidade Federal do ABC (UFABC)**.

A publicação foi desenvolvida pela fisioterapeuta **Soraia Fernandes das Neves**, pela pesquisadora **Eloá Martins Melo Cândido** e pela **Prof.^a Dr.^a Ruth Ferreira Galduróz**, neuropsicóloga, psicóloga e bacharela em Educação Física, que orientou e coordenou o trabalho.

O guia nasceu da preocupação das autoras com a escassez de ações voltadas à prevenção do declínio cognitivo entre pessoas idosas, especialmente

nos serviços de atenção básica. Dessa inquietação surgiu o projeto de extensão **ATIVA IDADE: Estimulação Cognitiva e Motora**, que levou treinamentos de dupla tarefa à comunidade durante a pandemia de Covid-19.

Segundo as pesquisadoras descrevem no Guia, a dupla tarefa é a capacidade de realizar duas atividades simultaneamente, habilidade constantemente exigida no cotidiano. Caminhar enquanto conversa, deslocar-se pela casa enquanto organiza mentalmente os afazeres do dia ou prestar atenção ao ambiente enquanto executa uma atividade são exemplos simples desse processo.

Com o envelhecimento, essa capacidade tende a diminuir. Alterações na velocidade de processamento das informações, no tempo de resposta e na força muscular podem impactar diretamente a funcionalidade, aumentando os riscos de fragilidade e dependência.

Por isso, o treinamento de dupla tarefa busca estimular simultaneamente corpo e mente, favorecendo a manutenção de funções cognitivas e motoras relacionadas à vida diária.

Dezoito anos de movimento

A rotina de exercícios de Dona Zilda começou quando ela tinha 89 anos. Desde então, a atividade física passou a fazer parte do cotidiano. Atualmente, ela realiza caminhadas de aproximadamente dez minutos pela manhã e outros dez minutos à tarde, sempre acompanhada pelos cuidadores. Três vezes por semana participa das sessões de dupla tarefa conduzidas pelo neto.

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao vídeo da vovó Zilda treinando.



Fonte: Personal dos Avós (Nikolas Chaves - Profissional de Educação Física)

O programa é simples. Séries de sentar e levantar da cadeira, exercícios para as panturrilhas e atividades voltadas à manutenção da força das pernas. “Hoje ela consegue fazer dez repetições de sentar e levantar, mas fazemos seis, descansamos e depois fazemos mais seis”, explica Nikolas.

Ao longo dos anos, a intensidade dos exercícios precisou ser adaptada. “Parei com alguns movimentos que aumentavam o risco de queda. Hoje o foco é preservar a capacidade locomotora.”

A prioridade está nos membros inferiores. “Com o envelhecimento, a perda de força nas pernas acontece mais rapidamente. Por isso trabalhamos principalmente sua manutenção.”

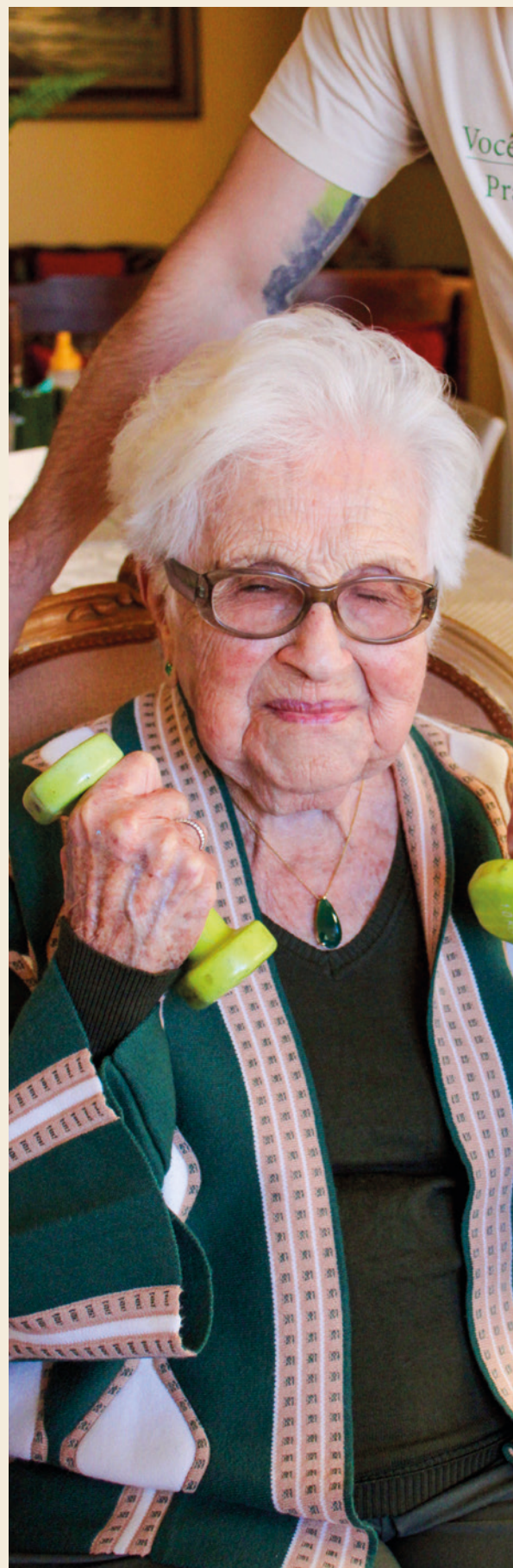
Nunca é tarde para começar

A trajetória de Dona Zilda também desafia uma das crenças mais persistentes sobre o envelhecimento: a ideia de que existe uma idade “tarde demais” para começar a se exercitar.

Na prática, o que sua história demonstra é justamente o contrário. O organismo continua capaz de responder aos estímulos físicos mesmo em idades bastante avançadas, desde que os exercícios sejam adaptados às condições e necessidades de cada pessoa.

Nikolas costuma citar um estudo clássico realizado com idosos na faixa dos 90 anos que iniciaram um programa regular de musculação. Após dois anos de treinamento, realizado três vezes por semana, os participantes apresentaram um aumento de 44% na área muscular da coxa, um resultado que chamou a atenção justamente por ocorrer em uma idade em que muitos acreditam não haver mais possibilidade de ganho físico significativo.

Para ele, a lição é simples: “Sempre vale a pena.” O educador físico ressalta que cada pessoa possui uma condição de saúde, um histórico e um ponto de partida diferente. Ainda assim,





acredita que o maior risco está na inatividade. “Se o músculo não recebe estímulo, ele perde função. E a pessoa começa a ficar mais dependente.”

No caso de Dona Zilda, os resultados não vieram de treinos intensos nem de fórmulas extraordinárias. Vieram da constância. São quase duas décadas de caminhadas, exercícios adaptados e movimentos incorporados à rotina, mostrando que envelhecer bem tem muito mais relação com regularidade do que com performance.

O maior inimigo é ficar parado

Na casa de Dona Zilda existe uma regra simples: ninguém permanece sentado por muito tempo. “A gente não deixa ela ficar sentada por mais de uma hora. A cuidadora sempre a chama para caminhar um pouco.”

Segundo Nikolas, pequenos deslocamentos fazem diferença. “Ir buscar um copo d’água, caminhar pela casa, levantar para pegar alguma coisa. Tudo isso ajuda.” Ele acredita que muitas famílias, sem perceber, acabam estimulando o comportamento sedentário. “Muitas vezes, por querer proteger o idoso, fazemos tudo por ele. Mas isso reduz as oportunidades de movimento.”

Na sua visão, a inatividade representa uma das maiores ameaças à autonomia. “Nada é pior do que o comportamento sedentário. Quando o músculo deixa de receber estímulo, ele perde função. E a pessoa se torna mais dependente.”

Um encontro de gerações

Talvez o que mais emocione quem acompanha os vídeos não sejam os exercícios nem a idade impressionante de Dona Zilda. É a relação entre avó e neto. Nikolas tem uma tatuagem da avó no antebraço esquerdo. Em algumas gravações, aparece usando uma camiseta que resume bem sua admiração:

“Você treina tanto para quê? Para ficar igual à Vovó Zilda.”, é o texto que está estampando na sua camiseta. Questionado sobre o maior ensinamento herdado da avó, ele não fala sobre atividade física nem sobre longevidade. Fala sobre afeto.

“O maior ensinamento dela é a leveza de poder fazer suas escolhas.” E complementa: “Estar presente com um familiar idoso é uma dádiva. É um presente de Deus. Precisamos dar o valor devido a quem veio antes da gente.”

Dona Zilda escuta a resposta e encerra a conversa da mesma forma que parece conduzir a própria vida: com simplicidade. “Uma coisa muito importante é a gente se amar.”

Talvez esteja aí o segredo que tantas pessoas procuram. Não uma receita para viver mais, mas uma combinação de movimento, conhecimento, gratidão, autonomia, afeto e presença. Afinal, como Dona Zilda gosta de lembrar, a felicidade não está no passado nem no futuro. Está no agora. “Eu sei viver o momento presente. Então eu sou feliz por isso. Eu sempre vivo o agora.”

POR QUE PESSOAS IDOSAS DEVERIAM FAZER O EXERCÍCIO DE SENTAR E LEVANTAR DA CADEIRA TODOS OS DIAS?

1. Levantar melhor da cadeira
2. Mais força nas pernas
3. Ativar a circulação
4. Melhorar o equilíbrio
5. Ganhar independência
6. Diminuir as dores



Moradores do Condomínio Caridoso, administrado pela prefeitura municipal de Cascavel (PR)

O AMOR MORA AO LADO

Em Cascavel, condomínios para pessoas idosas unem moradia, autonomia e convivência. O resultado são novos vínculos e até histórias de amor depois dos 60 anos

O envelhecimento da população brasileira está colocando uma nova questão na mesa de gestores públicos, especialistas e famílias: como proporcionar moradia digna para uma geração que vive mais, quer manter sua independência e, ao mesmo tempo, não deseja envelhecer sozinha?

Em Cascavel, no oeste do Paraná, a resposta ganhou a forma de pequenas casas agrupadas em condomínios voltados exclusivamente para pessoas idosas. Ali, cada morador tem seu próprio espaço, mas compartilha áreas de convivência e atividades coletivas com os vizinhos.

“A gente percebe que não está oferecendo apenas uma casa. Estamos proporcionando convivência, qualidade de vida e dignidade”, resume Henrique Milani, diretor de Engenharia da Companhia de Habitação de Cascavel (Cohavel).

Foi nesse ambiente que a aposentada Ivanete de Fátima Ferreira, de 69 anos, encontrou algo que não procurava quando entrou na fila por uma moradia: um companheiro.

Hoje ela divide a casa com Algenor Ferreira França, de 68 anos. Os dois se conheceram após se mudarem para o Condomínio Caridoso, programa habitacional administrado pela Cohavel. Começaram como vizinhos, tornaram-se amigos, iniciaram um namoro e agora fazem planos para oficializar a união.

Uma chave para recomeçar

Antes de chegar ao condomínio, Ivanete enfrentava dificuldades financeiras e problemas de saúde. Ela morava sozinha, pagava aluguel e, em janeiro de 2023, sofreu um AVC que resultou em quase um mês de internação.

“Eu pagava R\$ 800 de aluguel, tinha telefone, luz e outras despesas. O que eu ganhava não dava e eu vivia de ajuda de parentes”, recorda.

Durante o processo de recuperação, uma conversa casual em um ponto de ônibus mudou os rumos da sua história. Uma mulher sugeriu que ela procurasse diretamente a Cohavel para fazer o cadastro no programa habitacional.

Ivanete seguiu o conselho. Meses depois, recebeu a notícia de que havia conseguido uma vaga. “A atendente perguntou se eu podia me mudar e me entregou as chaves. Eu saí de lá sabendo que tinha uma semana para fazer a mudança.”

Muito além da habitação

Atualmente, o Condomínio Caridoso possui 56 unidades habitacionais distribuídas em sete blocos e atende 64 moradores. Cada residência conta com quarto, cozinha, banheiro e área privativa. Os beneficiários não pagam aluguel e arcam apenas com os custos individuais de água e energia elétrica.

Segundo Henrique Milani, a proposta vai muito além do acesso à moradia.

“O que a gente percebe é que muitas dessas pessoas chegaram aqui depois de perder familiares, amigos ou vínculos sociais importantes. O condomínio acaba devolvendo esse convívio que elas deixaram de ter”, afirma.

O diretor destaca que a iniciativa foi sendo transformada ao longo dos anos até assumir o atual perfil habitacional.

“O espaço existia desde os anos 2000. Inicialmente tinha uma característica mais assistencial. Com o tempo, fomos reestruturando o modelo para focar nas pessoas idosas independentes, preservando a autonomia deles e fortalecendo a política de habitação”, explica.

Esse processo incluiu a transferência da gestão para a Cohavel e a adaptação do condomínio para atender exclusivamente moradores capazes de conduzir sua própria rotina.



Foto: Andréia Lysik / Siprovel



Algenor e Ivanete começaram um romance depois de se conhecerem no condomínio e passaram a morar juntos

A importância da convivência

As áreas comuns funcionam como o coração do condomínio. É ali que moradores jogam baralho, conversam e participam das atividades organizadas em parceria com diferentes secretarias municipais.

“O mais gratificante é ver a transformação na vida de quem mora aqui. Quando visitamos o condomínio, dá vontade de fazer mais cem unidades porque percebemos o quanto esse modelo faz diferença”, afirma Milani.

O município também trabalha para ampliar as oportunidades de lazer e atividade física. Entre os projetos em andamento estão a instalação de academias voltadas para a terceira idade e a expansão da programação comunitária.

Segundo o diretor da Cohavel, o envelhecimento da população exigirá cada vez mais iniciativas desse tipo. “A pirâmide etária brasileira está mudando. Em algumas décadas teremos muito mais idosos e essa é uma realidade para a qual todos os municípios precisam se preparar.”

Quando a amizade virou amor

Foi justamente a convivência cotidiana que aproximou Ivanete e Algenor. Morando inicialmente em casas diferentes, eles começaram a se encontrar durante reuniões e atividades promovidas no condomínio. O relacionamento evoluiu e o casal decidiu dar um passo além.

“Resolvemos entregar uma das casas e ficarmos juntos em uma só, porque tem muita gente que necessita

de moradia”, explica Ivanete. A decisão foi aprovada pela administração. Algenor abriu mão da unidade onde morava e passou a viver com a companheira, liberando uma vaga para outra pessoa da fila de espera.

“A Ivanete é muito bacana, eu adoro ela”, resume ele. O casal reformou a residência, instalou melhorias e hoje participa ativamente da vida comunitária.”Se um não tem dinheiro, vamos ajudar ele a arrumar o que está precisando. A gente procura cuidar um do outro”, afirma Ivanete.

Uma demanda crescente

A experiência de Cascavel também evidencia o tamanho da demanda por soluções de moradia voltadas à população idosa. Atualmente, cerca

de 150 pessoas aguardam vaga no Condomínio Caridoso. No programa estadual Viver Mais, inaugurado na cidade em março de 2026, a procura inicial se aproximou de cem interessados.

O Viver Mais oferece outras 40 unidades habitacionais em um único terreno, com estrutura que inclui horta comunitária, piscina, espaços de caminhada e salão de convivência. A gestão é compartilhada entre Estado e município. Para Milani, os números demonstram que a necessidade é ainda maior do que as estatísticas mostram.

“Essas filas representam apenas quem conseguiu se inscrever. Existe muita gente que precisa e nem chega a procurar o programa”, observa.

Entre um cafezinho e outro, os moradores do condomínio caridoso fortalecem os laços de amizade



Como funcionam os condomínios para idosos de Cascavel

Dois modelos, o mesmo objetivo: autonomia e convivência

Foto: pitoco.com.br



VIVER MAIS PARANÁ (Estadual)

*Parceria entre Governo do Paraná,
Cohapar e Prefeitura de Cascavel*

Moradores

- 40 unidades habitacionais
- Um único condomínio
- Entrega em 2026

Quem pode participar

- Pessoas idosas enquadradas nos critérios do programa estadual
- Renda dentro dos limites estabelecidos pela Cohapar

Quanto custa

- Contribuição mensal equivalente a 15% do salário mínimo
- Água e energia cobradas separadamente

Estrutura

- Horta comunitária
- Piscina
- Salão de convivência
- Áreas para caminhada
- Espaços de lazer integrados

Foto: www.cohavel.com.br



CONDOMÍNIO CARIDOSO (Municipal)

*Gestão: Cohavel e Prefeitura de
Cascavel*

Moradores

- 64 moradores
- 56 unidades habitacionais
- 7 blocos distribuídos na mesma região
- Um bloco destinado a casais

Quem pode participar

- Pessoas idosas independentes
- Com renda própria (aposentadoria ou benefício)
- Capazes de realizar sozinhas as atividades do dia a dia

Quanto custa

- Sem aluguel
- Morador paga apenas água e energia elétrica

Estrutura

- Casa individual com quarto, sala, cozinha e banheiro
- Quiosque e áreas de convivência
- Espaços para encontros e atividades comunitárias
- Academia da terceira idade em implantação

O sonho de um condomínio privativo em construção



Vila Con Viver

Cohousing Sênior

Há mais de uma década, um grupo de aposentados ligados à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) trabalha para transformar uma ideia em realidade: criar uma comunidade onde o envelhecimento seja acompanhado de convivência, participação e apoio mútuo.

O projeto recebeu o nome de Vila Conviver e foi inspirado no conceito de *cohousing*, modelo desenvolvido inicialmente nos países nórdicos que combina moradias privativas com espaços compartilhados planejados para incentivar a vida comunitária.

A iniciativa começou em 2013, quando professores aposentados da universidade criaram um grupo de trabalho para pesquisar alternativas de moradia para a velhice. Depois de estudar experiências nacionais e internacionais, os participantes concluíram que queriam construir algo próprio, pensado a partir das necessidades e expectativas dos futuros moradores.

“Numa *cohousing*, o coração da vila não é a casa individual. É o espaço coletivo”, afirma Benedito Ferraro, professor aposentado da Unicamp e atual presidente da Associação dos Moradores da Cohousing Sênior Vila Conviver.

Segundo Benedito, a futura vila contará com 34 residências organizadas em pequenos núcleos integrados por áreas comuns destinadas a atividades sociais, encontros e projetos comunitários. Mais do que construir casas, os participantes buscam criar um ambiente onde seja possível fazer novos amigos e compartilhar experiências.

Após anos de planejamento, aquisição do terreno, elaboração dos projetos e obtenção das licenças necessárias, a associação está na fase final de contratação da empresa que deverá executar as obras. A expectativa é que a construção comece em breve.

OS DESAFIOS DE TIRAR UMA COHOUSING DO PAPEL

2013

Início das discussões sobre uma moradia colaborativa para aposentados.

2017

Criação da Associação dos Moradores da Cohousing Sênior Vila Conviver.

2019

Compra do terreno em Campinas, após a análise de mais de 40 áreas.

5 anos

Tempo necessário para superar entraves de regularização e licenciamento do terreno.

34 casas

Número de residências previstas no projeto.

Maior desafio

Viabilizar um modelo de moradia comunitária financeiramente acessível para um público mais amplo

Direitos previdenciários em disputa



Eduardo Ferreira

Assessor jurídico e político da CNTE, atua nas áreas do direito à educação, financiamento e servidores públicos.

Desde a promulgação da Constituição Federal (CF-1988), tivemos, ao longo do atual período republicano, que coincidiu (e coincide) com a hegemonia do neoliberalismo no mundo e no Brasil, quatro reformas da Previdência e uma reforma administrativa que, na maior parte, retiraram direitos do funcionalismo público e praticamente colocaram fim à aposentadoria especial do magistério, para ficar na área de atuação da CNTE.

O texto original da Constituição Cidadã assegurava aos servidores públicos das três esferas, entre outras coisas, aposentadoria sem exigência de idade mínima, direito à paridade e à integralidade, isenção contributiva a aposentados e pensionistas e redução de cinco anos na idade e no tempo de contribuição para as professoras e os professores.

Entre os direitos promulgados em 1988, vários foram suprimidos ou flexibilizados ao longo das reformas constitucionais, com destaque para o fim da aposentadoria proporcional, das regras de paridade e integralidade, a ampliação da idade mínima para aposentadoria voluntária, a restrição de acesso aos benefícios e o aumento do tempo de contribuição para homens e mulheres.

Situar as reformas previdenciárias no contexto das políticas implementadas ao longo das últimas décadas é essencial para compreender as mudanças ocorridas nas condições de aposentadoria dos servidores

públicos e os desafios colocados para a organização e mobilização da categoria em defesa de seus direitos.

Na esfera pública brasileira, os ataques aos direitos continuam intensos e a luta sindical não tem trégua. Depois de aprovar, em 2017, uma reforma trabalhista centrada na flexibilização dos contratos de trabalho e na terceirização ilimitada, o Congresso Nacional, em 2019, promulgou a reforma da Previdência mais danosa para a classe trabalhadora, com enfoque nos servidores públicos.

Porém, não se trata apenas da previdência. Desde 2020, tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/20, que trata da reforma administrativa. A proposta, assim como outras iniciativas apresentadas posteriormente, prevê mudanças que podem ampliar a terceirização e reduzir a presença de servidores efetivos em áreas como educação, saúde e previdência.

Caso esse projeto de desmonte se concretize, teremos no médio e longo prazo uma verdadeira devastação de cargos efetivos nas áreas sociais, colocando em risco, por consequência, a sustentabilidade dos regimes próprios de previdência de servidores públicos. Essa já é uma preocupação presente desde a EC nº 103/2019, mas que poderá ganhar novos contornos com a ampliação da privatização e da terceirização das políticas públicas.

“ A CNTE defende a recuperação de direitos previdenciários, a redução da idade para aposentadoria do magistério, a valorização da carreira e o fortalecimento do serviço público.

Em 2025, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade nº 2135, de 1999, que tratava da flexibilização do regime jurídico único (art. 39 da Constituição). O STF manteve o texto introduzido pela EC nº 19, permitindo diferentes regimes de contratação no serviço público. Na educação, isso significa que profissionais de uma mesma carreira podem se aposentar segundo regras distintas, conforme o vínculo de contratação. Trata-se de um tema que segue mobilizando entidades representativas dos trabalhadores em educação.

Outro ponto sensível para os servidores, especialmente os da educação, que possuem massa salarial inferior à de várias outras categorias, diz respeito aos confiscos introduzidos pela EC nº 103. Além de elevar a alíquota contributiva de ativos e aposentados

de 11% para 14%, a reforma autorizou a cobrança de contribuição previdenciária abaixo do teto do INSS e instituiu a possibilidade de alíquotas extraordinárias em regimes deficitários. Esses pontos seguem sendo questionados judicialmente e permanecem no centro do debate político e sindical.

A estratégia da EC nº 103 em desconstitucionalizar diversos temas previdenciários, remetendo-os aos entes federados que possuem regimes próprios, tornou mais complexa a luta coletiva pela recuperação de direitos. Nesse contexto, a retomada de garantias previdenciárias e sua proteção em nível constitucional seguem entre as principais reivindicações das entidades representativas dos servidores.

Tendo em vista as condições de trabalho e a comprovada exaustão do

trabalho docente, a CNTE e seus sindicatos filiados lutam pela ampliação de direitos laborais, como piso, carreira, formação inicial e continuada, jornada com hora-atividade e políticas de saúde física e mental, além da retomada de direitos previdenciários suprimidos ao longo do tempo, entre eles a redução em cinco anos da idade para aposentadoria voluntária e a diferenciação no tempo contributivo para homens e mulheres.

As lutas por concurso público e contra a privatização da educação também são estratégias para garantir a sustentabilidade dos regimes próprios de Previdência, preservando seu equilíbrio atuarial diante do envelhecimento da população e assegurando a continuidade de um serviço público capaz de atender às demandas da sociedade.

“ Ao longo das últimas décadas, reformas constitucionais alteraram regras históricas da Previdência dos servidores públicos e ampliaram os desafios para os profissionais da educação.

RADAR DO CONGRESSO NACIONAL: ACOMPANHE AS PAUTAS DE INTERESSE DOS/AS EDUCADORES/AS APOSENTADOS/AS



Acompanhar as propostas sobre previdência, profissionais da educação e direitos das pessoas idosas é um exercício de cidadania e um instrumento valioso para estruturar a atuação sindical da categoria

Conhecer os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional é um passo fundamental para fortalecer a luta coletiva, exercer a pressão necessária sobre as autoridades e garantir o controle social das decisões que afetam diretamente a vida dos profissionais da educação. A mobilização da classe trabalhadora é a principal ferramenta para transformar propostas em conquistas reais.

Para facilitar o acesso às informações oficiais de cada projeto, basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code disponível ao lado de cada proposta.

PEC 6/2024: FIM DO CONFISCO PREVIDENCIÁRIO

Esta proposta propõe o fim gradual, em até dez anos, da cobrança da contribuição previdenciária descontada do salário de servidores/as públicos/as aposentados/as e de pensionistas. Se beneficiam todos/as os/as contribuintes do regime próprio.

Como está a tramitação: A PEC está na Câmara dos Deputados e aguarda o despacho do Presidente da Câmara para definir por quais comissões vai passar.

Posição da CNTE: O fim do confisco faz parte da luta histórica da CNTE. A Confederação apoia o projeto, mas defende que o fim do desconto seja imediato ou, no máximo, ocorra em até cinco anos.

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição.



Fonte: www.camara.leg.br



PL 2473/2023: DIREITOS E APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PROFESSORES/AS READAPTADOS/AS

Assegura aos/as professores/as readaptados/as por motivos de saúde os mesmos direitos dos planos de carreira e estatutos do magistério. Para aposentados/as ou pessoas prestes a se aposentar, o PL garante o direito à aposentadoria especial (com a redução de cinco anos no tempo de contribuição), contabilizando o período em que atuaram readaptados/as fora da sala de aula.

Como está a tramitação: O projeto está na Câmara dos Deputados e aguarda o parecer da relatora na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição.



Fonte: www.camara.leg.br



PEC 573/2006: APOSENTADORIA ESPECIAL PARA ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO

Em tramitação há 20 anos, a proposta estende a aposentadoria especial do magistério para quem atua na administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. O texto beneficia profissionais da educação básica pública que não atuam exclusivamente dentro da sala de aula.

Como está a tramitação: A PEC teve avanço recente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora aguarda a criação de uma Comissão Especial pela Mesa Diretora da Câmara para analisar o mérito antes de ir ao Plenário.

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição.



Fonte: www.camara.leg.br



PL 5432/2025: PROGRAMA NACIONAL DA LONGEVIDADE ATIVA E SAUDÁVEL

Cria um programa nacional focado na qualidade de vida das pessoas idosas, com ações para saúde, inclusão digital, combate ao preconceito de idade e cursos contínuos. Se beneficiam os/as idosos/as de todo o país, que ganham mais suporte do Estado com a criação de um fundo financeiro específico, incentivo ao lazer, cultura e adaptações de acessibilidade nas cidades.

Como está a tramitação: A proposta já foi aprovada na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e agora aguarda o parecer do/a relator/a na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Depois, ainda passará pela CCJ.

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição.



Fonte: www.camara.leg.br



PL 1519/2024: INCENTIVO AO INGRESSO DE PESSOAS IDOSAS NO ENSINO SUPERIOR

Altera o Estatuto da Pessoa Idosa para obrigar universidades e faculdades a criarem ações que facilitem o acesso e a permanência de idosos/as em cursos de graduação. Se beneficiam as pessoas com 60 anos ou mais que desejam voltar a estudar, fazer uma primeira graduação ou se qualificar no ensino superior.

Como está a tramitação: O projeto veio do Senado e já foi aprovado nas comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Educação. Atualmente, aguarda a designação de relator/a na CFT.

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição.



Fonte: www.camara.leg.br



PL 184/2026: MARCO NACIONAL DE RECONHECIMENTO JURÍDICO DA PESSOA IDOSA

Cria um marco legal para organizar os direitos dos/as idosos/as em três faixas etárias: inicial (60 a 64 anos), pleno (65 a 79 anos) e longevidade avançada (80 anos ou mais). Se beneficiam as pessoas com 60 anos ou mais, que garantem prioridade em processos judiciais e atendimento público, acompanhante em internações e proteção contra preconceito por idade em contratos.

Como está a tramitação: O projeto está pronto para entrar na pauta de votação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Aponte a câmera para o qr-code e acesse ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição.



Fonte: www.camara.leg.br



COMO ACOMPANHAR O ANDAMENTO DOS PROJETOS NO CONGRESSO

Acompanhar a tramitação das propostas que impactam a sua vida é simples e pode ser feito pela internet. Nos portais da Câmara (camara.leg.br) e do Senado (senado.leg.br), basta digitar o número da proposta (como "PEC 6/2024" ou "PL 2473/2023") na barra de busca para acessar a página oficial de cada projeto. Lá, o/a cidadão/ã pode conferir em qual comissão o texto está, ler os pareceres dos/as relatores/as e ver a previsão de votações.

Para não perder nenhuma novidade, os dois sites oferecem o serviço gratuito de notificações por e-mail. Na página do projeto escolhido, procure pelo botão "Acompanhar esta proposição" (na Câmara) ou "Receber atualizações" (no Senado) e cadastre seu e-mail. Dessa forma, toda vez que o projeto for votado, sofrer alguma alteração ou mudar de comissão, você receberá um aviso automático diretamente na sua caixa de entrada, garantindo que se mantenha sempre bem informado/a sobre seus direitos.



Aposentadoria especial de professores: entenda seus direitos



**Camilla Louise
Galdino Cândido**

Formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB e pós-graduação em Direito Público. Especialista em Fundamentos Críticos: Los Derechos Humanos Como Procesos de Lucha Por La Dignidad. Atua na coordenação da área do Servidor Público – unidade Brasília. É sócia LBS Advogadas e Advogados.



**Mádila Barros
Severino de Lima**

Formada em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Pós-graduação em Direito do Estado – Universidade Estadual de Londrina – UEL. Atua na área do Servidor Público – Unidade Brasília. É sócia LBS Advogadas e Advogados.

As peculiaridades do magistério, atividades extraclasse, regência de classe, desgaste físico e mental, asseguram a professoras e professores o direito à aposentadoria especial, cujas regras a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) alterou. Este artigo explica a aposentadoria do magistério no Regime Geral (RGPS) e nos regimes próprios e o que decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF).

A aposentadoria dos professores no RGPS

O direito depende de quando os requisitos foram cumpridos: quem os completou antes da Reforma tem direito adquirido; quem já era filiado, sem completá-los, segue regras de transição; quem ingressou a partir de 14/11/2019, a regra permanente.

1. Direito adquirido (até 13/11/2019)

Exigem-se 25 anos de contribuição das mulheres e 30 dos homens, exclusivamente em magistério na educação básica. O valor é a média dos 80% maiores salários desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

2. Regras de transição

Pontuação mínima (art. 15, § 3º): professoras, 25 anos de magistério e 87 pontos (idade mais contribuição); professores, 30 anos e 97 pontos.

Idade mínima (art. 16, § 2º): professoras, 25 anos de magistério e

51 de idade em 2019; professores, 30 anos e 56. Desde 2020, as idades sobem seis meses por ano, até 57 e 60. Carência de 180 meses.

Pedágio de 100% (art. 20, § 1º): professoras, 25 anos de magistério e 52 de idade; professores, 30 anos e 55, com período adicional igual ao que faltava em 13/11/2019 para o mínimo de contribuição. O valor é 100% da média de todos os salários desde julho de 1994.

3. Regra permanente (ingresso após a Reforma)

Exigem-se 25 anos de contribuição para ambos os sexos e idade mínima de 57 anos (mulheres) e 60 (homens). O cálculo parte de 60% da média de todos os salários desde julho de 1994, mais 2% por ano que exceder 15 anos (mulheres) ou 20 (homens).

A aposentadoria do professor no regime próprio

A Reforma vale para os servidores federais e pode ou não ser adotada pelos demais entes. A regra aplicável depende da data de ingresso no serviço público e do cumprimento dos requisitos antes dela.

1. Direito adquirido (até 13/11/2019)

Mulheres: 55 anos de idade e 25 de contribuição; homens: 60 e 30, com tempo exclusivo de magistério, 10 anos de serviço público e 5 no cargo. Proventos integrais (100% da última remuneração) e paridade.

2. Transição por idade

Mulheres: 57 anos de idade e 25 de contribuição; homens: 60 e 25, com tempo exclusivo de magistério, 10 anos de serviço público e 5 no cargo (períodos fora da docência podem não contar). Sem lei local, vale o art. 26 da EC 103/2019: 60% da média das remunerações desde julho de 1994, mais 2% por ano além de 15 anos (mulheres) ou 20 (homens).

3. Transição dos pontos

Mulheres: 52 anos de idade e 25 de contribuição; homens: 57 e 25, com tempo exclusivo de magistério, 20 anos de serviço público e 5 no cargo, além de pontuação (idade mais tempo) que cresce um ponto por ano:

ANO	MULHER	HOMEM
2026	88	98
2027	89	99
2028	90	100
2029	91	100
2030	100	100

Quem ingressou até 31/12/2003 pode ter integralidade e paridade, se não optou pela previdência complementar; depois disso, vale a média (60% mais 2% ao ano).

4. Transição do pedágio

Mulheres: 52 anos de idade e 25 de contribuição; homens: 55 e 30, com os mesmos requisitos do item anterior e o dobro do tempo que faltava em 13/11/2019 para o mínimo de contribuição. O cálculo é o mesmo.

5. Regras de transição mais antigas, ainda em vigor

Três regras seguem válidas, com proventos integrais e paridade. EC 20/1998 (serviço público antes de 16/12/1998): mulheres, 48 anos de idade e 25 de contribuição; homens,

53 e 30, com 5 anos no cargo e pedágio de 20% do tempo que faltava em 16/12/1998. EC 41/2003 (ingresso até 31/12/2003): mulheres, 50 e 25; homens, 55 e 30, com 10 anos de carreira e 5 no cargo. EC 47/2005 (ingresso até 16/12/1998): sem idade mínima, exige pontuação com redutor de 5 pontos — mulheres, 85 pontos e 25 de magistério; homens, 95 e 30 —, com 20 anos de serviço público, 10 de carreira e 5 no cargo.

6. Combinação de regras (ingresso até 16/12/1998)

Quem comprova tempo exclusivo de magistério na educação básica pode somar o redutor de cinco anos na idade e no tempo de contribuição (art. 40, § 5º, da CF) à transição da EC 47/2005, em que cada ano de contribuição além do mínimo reduz mais um ano de idade.

O que o STF já decidiu

Em junho deste ano, no RE 1.558.247 (Tema 1.462), o STF reafirmou que o redutor de cinco anos vale também para a aposentadoria proporcional do professor da rede pública com atuação exclusiva no magistério: os proventos proporcionais, inclusive por invalidez, devem ser calculados pelo tempo exigido para a aposentadoria integral da categoria.

As ADIs sobre a contribuição extraordinária e as alíquotas progressivas

Tramitam ainda no STF oito ADIs (6.254, 6.255, 6.258, 6.271, 6.279, 6.289, 6.361 e 6.367) contra pontos estruturais da EC 103/2019 que, embora não tratem só dos professores, atingem ativos e aposentados.

A Reforma substituiu a alíquota fixa de 11% dos regimes próprios por alíquotas progressivas de 7,5% a 22%. As ADIs sustentam que a progressividade é própria dos impostos, não das contribuições previdenciárias, e

que a soma com o imposto de renda pode ser confiscatória (art. 150, IV, da CF). Questionam ainda o art. 149: o § 1º-A permite cobrar dos aposentados, havendo déficit atuarial, o que superar um salário mínimo; o § 1º-B autoriza contribuição extraordinária por até 20 anos.

Em junho de 2024, formou-se maioria pela inconstitucionalidade da contribuição extraordinária e da cobrança dos inativos acima do salário mínimo. Nas alíquotas progressivas, o placar está empatado e depende do voto-vista do ministro Gilmar Mendes; até o fechamento desta edição, o julgamento não havia terminado e os votos podem mudar.

Para quem está na ativa, a decisão definirá o desconto mensal; para aposentados e pensionistas, dirá se os proventos podem ser reduzidos para cobrir déficits, inclusive nas redes estaduais e municipais, que reproduziram esses dispositivos e concentram a categoria.

Conclusão

A aposentadoria do magistério é hoje um mosaico de regras, e mais de uma pode se aplicar ao mesmo caso: conhecê-las é o primeiro passo para que nenhum direito se perca.

Nenhuma profissão existe sem que, antes, um professor a tenha tornado possível. A Constituição define a educação como direito de todos e dever do Estado (art. 205) e eleva a valorização dos profissionais da educação a princípio do ensino (art. 206, V). Ao inscrevê-la nos arts. 40, § 5º, e 201, § 8º, o constituinte a retirou das conveniências orçamentárias de cada governo e a transformou em compromisso permanente com quem educa. Nem a Reforma eliminou esse tratamento, e o STF tem reafirmado seu alcance: proteger a aposentadoria do professor é proteger a própria educação.

AFUSE: QUEM FEZ HISTÓRIA CONTINUA FAZENDO A DIFERENÇA

Fotos: Assessoria de Comunicação/AFUSE



Afuse: aposentadoria com participação e cidadania

Com trajetória marcada pela mobilização e pelo compromisso com a educação pública, aposentadas e aposentados permanecem como referência na construção da história e do futuro da AFUSE

A história da educação pública paulista foi construída pelo trabalho, pela dedicação e pela luta de milhares de funcionárias e funcionários que dedicaram décadas de suas vidas às escolas estaduais.

No **Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (AFUSE)**, aposentadas e aposentados representam a memória das conquistas da categoria, a experiência acumulada ao longo dos anos e a força que continua inspirando as lutas do presente e do futuro.

Protagonistas das conquistas da categoria

Os direitos assegurados às funcionárias e aos funcionários da educação são resultado de anos de mobilização coletiva. Valorização profissional, avanços nas condições de trabalho

e reconhecimento da categoria como parte essencial da comunidade escolar foram conquistados por meio da organização sindical e da participação ativa da base.

Muitas das aposentadas e dos aposentados de hoje estiveram na linha de frente dessas mobilizações. Participaram de greves, manifestações, negociações e contribuíram diretamente para fortalecer a AFUSE como uma entidade representativa e comprometida com a defesa da educação pública. Reconhecer essa trajetória é reafirmar o compromisso da AFUSE com quem ajudou a construir sua história.

Aposentadoria com participação e cidadania

Para a AFUSE, a aposentadoria representa o encerramento de um ciclo profissional, mas está longe

de significar o fim da participação social. Ao contrário, aposentadas e aposentados continuam exercendo um papel relevante na vida sindical e na sociedade.

A experiência acumulada ao longo dos anos fortalece debates, assembleias, congressos e mobilizações, contribuindo para a formulação de propostas e para a defesa da escola pública. Ao mesmo tempo, muitos seguem atuando em suas comunidades, acompanhando políticas públicas, exercendo liderança e demonstrando que a participação cidadã não tem prazo de validade.

Acolhimento, integração e qualidade de vida

Valorizar quem dedicou a vida ao serviço público também significa promover bem-estar, convivência e acesso à informação. Por isso, a AFUSE mantém uma programação permanente voltada às aposentadas e aos aposentados, com iniciativas que estimulam a integração, o cuidado com a saúde e a participação ativa na vida sindical.

Entre as ações realizadas estão reuniões mensais para discutir temas de interesse da categoria, análises da conjuntura política, orientações jurídicas e atividades voltadas ao envelhecimento saudável, como palestras, oficinas de memória, práticas integrativas e ações de incentivo ao autocuidado.

A agenda também inclui atividades culturais e de lazer, como excursões mensais à Colônia de Férias da AFUSE, no litoral sul paulista, além de festas temáticas e encontros de confraternização que fortalecem os vínculos de amizade construídos ao longo de uma trajetória dedicada à educação pública.

Um compromisso permanente

A história da AFUSE se confunde com a história das funcionárias e dos funcionários que fizeram da escola pública um espaço de transformação social. Por isso, o sindicato segue firme na defesa da paridade, da valorização das aposentadorias e no combate a toda forma de etarismo.

Mais do que reconhecer o passado, a AFUSE reafirma seu compromisso de permanecer ao lado de quem ajudou a construir a entidade e a fortalecer a educação pública paulista.

Quem tanto lutou pela educação merece uma AFUSE forte, presente e comprometida com a defesa de seus direitos, hoje e sempre.



Atividades culturais e de lazer merecidas para os aposentados da Afuse



NA LUTA PELO FIM DA TAXAÇÃO DAS APOSENTADORIAS

Fotos: Assessoria de Comunicação/APEOC



APEOC defende que a contribuição previdenciária dos aposentados incida apenas sobre valores que ultrapassem o teto do INSS

O Sindicato APEOC, representado pelo presidente, professor Anízio Melo; pelo secretário de Assuntos dos Aposentados, professor Juscelino Linhares; e pelo secretário de Saúde do Trabalhador da CNTE, professor Alessandro Carvalho, está há anos na linha de frente da luta pelo fim da taxaço das aposentadorias no Ceará.

A pauta não se restringe à educação, mas diz respeito a todos os servidores públicos estaduais que, após uma vida inteira de contribuição, continuam submetidos a descontos previdenciários de 14% sobre os proventos de aposentadoria, que atingem quem recebe acima do piso atualmente estabelecido em lei.

A defesa da APEOC é clara: que a cobrança passe a observar o teto do INSS, incidindo apenas sobre a parcela que ultrapassar esse limite. A medida garantiria maior justiça previdenciária aos aposentados e pensionistas.

Trata-se de uma mudança que preserva a dignidade de quem dedicou décadas ao serviço público e hoje convive com uma redução significativa da renda justamente no momento em que mais necessita de segurança financeira.

Como parte dessa mobilização, o professor Anízio Melo encaminhou ofício solicitando uma audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) para defender a retomada do julgamento que discute a constitucionalidade da cobrança.

A ação está paralisada mas já há maioria de votos favorável ao

reconhecimento da tese que beneficia os aposentados.

Para a APEOC, manter a taxaço significa impor um novo ônus a quem já contribuiu durante toda a vida laboral. O fim da cobrança representa um passo importante na valorização dos servidores públicos, no respeito aos aposentados e na construção de um sistema previdenciário mais justo.

Por isso, a mobilização continua, unindo entidades e servidores em defesa de um direito que beneficia milhares de trabalhadores e trabalhadoras do Ceará.



EXCLUSÃO DIGITAL: O MUNDO DESCONECTA SEUS IDOSOS



Foto: Acervo da Secretaria de Aposentados

A professora Lyvia Theodoro faz selfie com alunas e alunos após a aula de inclusão digital

Milhões seguem à margem da tecnologia, privados de direitos, serviços e inclusão

Com o objetivo de aproximar aposentados e aposentadas das novas tecnologias que fazem parte da rotina da população, a Secretaria de Assuntos de Aposentados da APEOESP desenvolve projetos de inclusão digital voltados à população idosa.

A iniciativa busca reduzir as dificuldades enfrentadas por quem não teve contato com ferramentas digitais ao longo da vida e hoje depende delas para realizar tarefas cotidianas.

Com o apoio da diretoria do Sindicato, em especial da presidenta licenciada da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel, a Secretaria oferece aulas gratuitas de inclusão digital, com atividades práticas voltadas ao melhor uso do celular.

A proposta contempla orientação prática, linguagem acessível e acompanhamento contínuo, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada participante. O objetivo vai além do ensino do uso de aplicativos: busca



Defender-se de golpes e vencer as barreiras tecnológicas do dia a dia fazem parte do curso promovido pela APEOESP

garantir autonomia, acesso a direitos, utilização de serviços públicos digitais e maior segurança diante dos desafios do ambiente virtual.

Acesso em alta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), o acesso da população idosa à internet cresceu de 44,8% em 2016 para 69,8% em 2024, alcançando

aproximadamente 24,5 milhões de usuários.

Apesar desse avanço, as pessoas com 60 anos ou mais continuam sendo a faixa etária menos conectada do país, enfrentando dificuldades com senhas, reconhecimento facial e, principalmente, golpes virtuais.

O Brasil possui hoje mais de 32 milhões de pessoas idosas, cerca de 16% da população. Na década de 1970, esse índice não chegava a 5%. Para a secretária de Assuntos de Aposentados da APEOESP, Flávia Ingracia Borioli Godinho, além da capacitação digital, é fundamental preservar o atendimento presencial em bancos, repartições públicas e empresas.

Segundo ela, a digitalização não pode excluir quem ainda depende de alternativas ao ambiente virtual ou não possui equipamentos compatíveis com as exigências tecnológicas atuais.

O projeto também prevê campanhas de conscientização sobre segurança digital e incentiva órgãos públicos e empresas a desenvolver plataformas

mais acessíveis, com linguagem simples e recursos adaptados às necessidades da população idosa. Para a Professora Bebel, investir em inclusão digital significa fortalecer a autonomia, preservar a dignidade, ampliar a participação social e assegurar que aposentados e aposentadas exerçam plenamente seus direitos.

VI Conferência de Aposentados

A defesa de direitos marcou a VII Conferência Estadual de Professoras e Professores Aposentados da APEOESP, realizada em Serra Negra, em setembro do ano passado. O encontro promoveu debates sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, inclusão digital, saúde, transporte, cultura e relações intergeracionais. A Secretaria de Aposentados, em parceria com os demais departamentos da APEOESP, prepara uma pesquisa inédita em todo o Estado de São Paulo para avaliar a efetividade dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, identificar regiões mais carentes de políticas públicas e fortalecer parcerias voltadas ao envelhecimento ativo, à cidadania e aos direitos humanos.

A deputada Professora Bebel discursa na Conferência de Aposentados de 2025



VITALIDADE E RESISTÊNCIA: A LUTA PERMANENTE DOS(AS) EDUCADORES(AS) APOSENTADOS(AS) NO PARANÁ



Foto: Gabriela Zadovne / APP-Sindicato

Debates de as aposentadas e aposentados dos 29 núcleos da APP-Sindicato definem as estratégias de luta em 2026

Com acolhimento de base, presença firme nas ruas e calendário unificado, a experiência dos(as) educadores(as) impulsiona a defesa da escola pública

A Secretaria de Aposentados(as) da APP-Sindicato reafirma diariamente uma certeza: aposentadoria não significa inatividade, mas militância firme e solidariedade de classe. Com atuação nas bases dos 29 núcleos sindicais do Paraná, a secretaria estrutura o trabalho político de forma descentralizada, com foco na organização das lutas, na defesa da paridade salarial e na cobrança pelo fim do confisco previdenciário dos 14%.

O calendário de mobilizações de 2026 estabelece ações diretas para a construção de uma agenda de lutas contra os retrocessos do governo estadual.

No primeiro semestre, as atividades tiveram foco no acompanhamento diário das pautas na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), com o objetivo de assegurar a recomposição da data-base e a inclusão de nossas demandas na legislação orçamentária.

Esse processo abrangeu a realização das etapas regionais, com encerramento na 9ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato, em julho. Paralelamente, a organização pela base ganhou força com as reuniões periódicas e descentralizadas dos coletivos municipais.

“Visitas domiciliares e telefonemas diretos combatem o isolamento social e garantem apoio real a companheiras e companheiros em situação de vulnerabilidade. O bem-estar e a cultura são pilares para manter a saúde e a disposição para o enfrentamento”, enfatiza a secretária da pasta, Elisa Maria Neiva de Lima Muller.

Diante do cerceamento sofrido pelos(as) educadores(as) da ativa, os(as) aposentados(as) - professores(as) e funcionários(as) de escola - assumem a linha de frente acompanhando as sessões da Alep, mobilizações da APP-Sindicato e também dos serviços públicos. Para o segundo semestre, o foco expande-se para a conscientização política em todos os espaços de convivência.

“Nossa mobilização precisa ir da rua às urnas. Trabalhamos para eleger representantes alinhados à defesa da escola pública, laica, gratuita, emancipadora e crítica, que assumam o compromisso de revogar o confisco da previdência e assegurar a paridade salarial”, afirma Elisa.

Rumo aos 80 anos da APP-Sindicato, a categoria resgata a história e mostra a força de quem dedicou a vida à educação pública.



Foto: Altvista / APP-Sindicato

Aposentadas e aposentados ocupam as galerias da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) na pressão contra o desmonte de direitos



Foto: Gabriela Zadovne / APP-Sindicato

Homenagem e celebração da trajetória da ex-secretária, Maria Adelaide Mazza Correia, no fortalecimento histórico da Secretaria de Aposentados(as)



Foto: Gelinton Cruz / APP-Sindicato

Delegação de aposentados(as) reunida na 9ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato, reafirmando a unidade e o compromisso de classe

EXPERIÊNCIA A SERVIÇO DA LUTA COLETIVA

Profissionais da educação seguem organizados em defesa de direitos, melhores condições de vida e do ensino público gaúcho

No Rio Grande do Sul, as(os) aposentadas(os) do CPERS seguem na linha de frente da resistência. Os trabalhadores participaram das principais mobilizações em defesa da educação pública e estiveram em Brasília para exigir do Supremo Tribunal Federal (STF) a retomada do julgamento da ADI 6254, que questiona a cobrança da contribuição previdenciária das(os) servidoras(es) aposentadas(os). A demora mantém milhares de educadoras(es) pagando uma contribuição injusta mesmo após uma vida de dedicação ao serviço público.

As mudanças no plano de carreira e a criação da parcela de irredutibilidade retiraram direitos e impediram a recuperação salarial. Há mais de uma década, muitas(os) aposentadas(os) não têm reajuste real, pois qualquer aumento é absorvido por esse mecanismo. Na ação do Sindicato no Tribunal de Justiça do RS (TJRS), o CPERS conquistou um empate histórico de 12 a 12, mas o voto de desempate manteve a decisão favorável ao governo Eduardo Leite (PSD).

É inadmissível que um estado com uma das maiores populações idosas do país não garanta envelhecimento com dignidade. Cresce o número de educadoras(es) aposentadas(os) com dificuldades para comprar medicamentos, pagar contas e garantir alimentação.

“Estivemos na linha de frente contra a privatização da educação com a Caravana “Não Venda a Minha Escola”, ajudando a barrar temporariamente esse projeto. Nossa luta continua nos 42 núcleos do CPERS, com atividades de integração, cultura e participação, como coral, dança, tricô e crochê, com destaque para o projeto Plantando o Futuro, do 35º Núcleo, que reúne aposentadas(os), escolas e estudantes em ações de educação ambiental e plantio de árvores. Nossa história é feita de organização e luta. Seguiremos mobilizadas(os) em defesa da educação pública e da valorização das(os) profissionais da ativa e aposentadas(os)”, declarou a professora Sandra Régio, coordenadora do Departamento de Aposentadas(os) do CPERS.



Foto Divulgação / CPERS



Foto Luiza Castro / CPERS



Foto Luiza Castro / CPERS



Foto Luiza Castro / CPERS

O TEMPO TRANSFORMA, A MILITÂNCIA PERMANECE

Fotos e Texto: Comunicação FETEMS



Em Mato Grosso do Sul, educadoras e educadores seguem atuando nos sindicatos, participando de mobilizações e compartilhando experiências que fortalecem a luta coletiva.

A aposentadoria não significa afastamento da luta: no Mato Grosso do Sul, trabalhadoras e trabalhadores aposentados seguem presentes nos sindicatos, mobilizações e espaços de decisão. Por isso, o 29º Congresso Estadual da FETEMS Professor Wilson Biasotto, realizado em agosto, em Dourados, incluiu na programação um debate específico sobre os direitos dos aposentados.

No 5º Painel – Mesa de Políticas Educacionais e Diversidade, o secretário de Aposentados da CNTE e professor aposentado Sérgio Kumpfer apresentou um histórico das reformas da Previdência e seus impactos sobre a classe trabalhadora. Destacou ainda as lutas da CNTE, com participação efetiva da FETEMS, contra a retirada de direitos.

Essa presença também está nas mobilizações. Aposentadas e aposentados participaram da luta pelo concurso público da Rede Estadual, que resultou em novo certame com 2 mil vagas.

“Aposentados sim, inativos nunca. Nossa experiência continua a serviço da defesa da educação e dos direitos”, afirma o secretário dos Aposentados da FETEMS, Edson Granato.

Símbolo dessa trajetória é o professor aposentado José Luiz dos Santos, de 82 anos, de Naviraí. Com 35 anos dedicados à educação, filiado ao Sindicato Municipal de Trabalhadores em Educação desde 1979 e um de seus fundadores, participou dos 29 Congressos Estaduais da FETEMS.

A presença no Congresso também ganhou expressão pela cultura, com a dança das aposentadas de Campo Grande, a Polca Paraguaia das aposentadas de Ponta Porã e a professora aposentada Aurineide Alencar, cordelista, poeta e artista, que apresentou um cordel em homenagem a Wilson Biasotto.

A Secretaria dos Aposentados também promoveu integração, como a viagem a Aracaju (SE), de 25 de março a 1º de abril, com cerca de 80 aposentadas e aposentados de todas as regiões de MS, fortalecendo vínculos construídos ao longo da vida profissional e sindical.

“Nossas aposentadas e aposentados ajudaram a construir a história da FETEMS e continuam fundamentais para as lutas que travamos hoje. A experiência, a disposição e a participação de cada um e cada uma fortalecem nossa Federação e nos ajudam a defender direitos e a educação pública”, afirma a presidenta da FETEMS, Deumeires Morais.



BANCO MASTER NO CENTRO DA CRISE QUE ABALOU A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES FLUMINENSES

Foto: Divulgação



Denúncias, investigações e a busca pela recuperação de recursos reforçam a importância da mobilização dos aposentados e da defesa do patrimônio público

Quem acompanha de fora do Rio de Janeiro vê, com espanto e indignação, como o crime organizado, a corrupção e a existência de servidores fantasmas comprometeram a administração estadual nos últimos anos. O cenário lançou graves e fundadas suspeitas sobre a gestão do ex-governador Cláudio Castro, hoje cassado e impedido de disputar cargos eletivos.

A Secretaria de Aposentadas(os) do Sepe-RJ esteve na linha de frente das denúncias sobre o desmonte do Rioprevidência, um dos principais focos do escândalo envolvendo o Banco Master, que resultou na prisão do ex-presidente e de outros dirigentes do fundo de previdência dos servidores estaduais.

Em julho, a Procuradoria-Geral do Estado ajuizou ações para recuperar cerca de R\$ 641 milhões investidos pelo Rioprevidência no Banco Master. No mesmo período, o governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, criou novos mecanismos de transparência e controle da gestão do instituto, ampliando a participação de

servidores de carreira e reforçando a fiscalização sobre os recursos do fundo.

Outra conquista da mobilização do Sepe-RJ, em conjunto com os demais servidores estaduais, foi o anúncio do pagamento da recomposição salarial pendente desde 2023, totalizando 11,56%, em duas parcelas (agosto e novembro). Também estão em estudo medidas para recompor as perdas salariais acumuladas desde 2025.

A luta da categoria continua voltada à incorporação do piso nacional do magistério ao Plano de Carreira, com reflexos em toda a estrutura remuneratória, respeito às diferenças

entre níveis, isonomia e paridade das(os) aposentadas(os), além da defesa de um piso nacional para os funcionários administrativos.

O Sepe seguirá cobrando do governador eleito a manutenção do diálogo com as entidades representativas dos servidores e a continuidade das negociações das pautas econômica e pedagógica. Entre 15 e 18 de setembro, a entidade realizou o Encontro Estadual de Aposentadas(os), sob o tema “Ainda estamos aqui – Ditadura nunca mais”, reforçando o compromisso da categoria com a democracia e a defesa dos direitos dos trabalhadores da educação.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

ENTRE CELEBRAÇÕES E REFLEXÕES, CATEGORIA REFORÇA UNIÃO E PROTAGONISMO

Foto: Jailson Budu



Programação em São Luís reuniu filiadas e filiados para comemorar datas especiais e discutir os desafios de uma sociedade em processo de envelhecimento

No final de abril, a sede do Sindeducação abriu as portas para receber, com festa, as aniversariantes e os aniversariantes dos primeiros quatro meses do ano.

Foi um momento de muita celebração, música, conversas, articulações, sorrisos e reposição de energias para as atividades que o Coletivo de Aposentados do sindicato tem preparado para desenvolver ainda este ano, e que unem formação e luta em

defesa de seus direitos, notadamente os direitos previdenciários, alvo de constantes ataques nas mais diversas esferas.

Depois de celebrarem juntas e juntos seus aniversários, no mês de agosto foi promovido o 3º Encontro de Aposentadas e Aposentados do Sindeducação, que teve como tema “Viver num mundo em crise: perspectivas para uma sociedade em processo de envelhecimento”.



Foto: Jailson Buddu



Foto: Malu Tavares



Foto: Jailson Buddu



Foto: Malu Tavares

A programação proporcionou importantes debates sobre os desafios do envelhecimento, a defesa de direitos, a participação social e a valorização das pessoas aposentadas. Mais do que um momento de debate, o 3º Encontro de Aposentadas e Aposentados do Sindeducação teve como objetivo fortalecer o vínculo entre o Sindeducação e suas filiadas e filiados, promovendo maior aproximação para compreender suas demandas, desafios e perspectivas.

A iniciativa também foi oportuna para subsidiar as tomadas de decisões políticas e organizacionais da entidade, garantindo que as pautas e estratégias do sindicato estejam alinhadas às necessidades desse importante segmento da categoria.



Foto: Malu Tavares

APOSENTADORIA E LUTA: A CONTINUIDADE DA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PELO SINDIUPES

Fotos: Comunicação Sindiupes



O SINDIUPES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo atua de forma contínua e intransigente na defesa dos direitos, da valorização e da qualidade de vida das aposentadas e aposentados filiados. A atuação sindical voltada para esse segmento engloba frentes jurídicas, políticas e de integração, garantindo

que quem dedicou a vida à educação pública continue tendo respaldo e voz ativa.

Como parte da luta política e sindical permanente, o SINDIUPES tem atuado para impedir a taxação dos aposentados por meio de articulação política e participação ativa em atos, mobilizações e debates legislativos

contra a cobrança de contribuição previdenciária sobre aposentadorias. A garantia de paridade é também uma luta prioritária e para isso há uma cobrança constante nas Mesas de Negociação junto ao Governo do Estado e às Prefeituras para que os reajustes concedidos aos profissionais ativos sejam estendidos integralmente aos aposentados.

Para manter uma atuação viva e integrada, o sindicato realiza ao longo do ano uma série de atividades como assembleias específicas para o segmento, encontros e reuniões por rede e município, com palestras e orientação jurídica, abordando temas cruciais como saúde mental, qualidade de vida, direitos e combate ao etarismo.

Um dos grandes marcos dessa atuação é o Encontro Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Aposentadas/os, realizado a cada dois anos com a presença de aposentados de todos os 78 municípios capixabas, oferecendo uma programação diversificada de palestras, debates, oficinas temáticas, atendimentos personalizados e atrações culturais que proporcionam aos participantes novos conhecimentos, crescimento pessoal e motivação para realizar seus projetos de vida e seguir lutando por seus direitos.

Por fim, no que tange à comunicação e à transparência, o SINDIUPES mantém canais exclusivos por meio da difusão de informativos, boletins e notas direcionadas às demandas específicas de aposentadas e aposentados, mantendo a base sempre atualizada sobre as lutas e o acompanhamento de ações judiciais históricas.

O SINDIUPES reafirma que a aposentadoria não é o fim da militância, mas sim a continuidade de uma trajetória de luta em defesa da educação pública e dos direitos de quem construiu a história das redes de ensino no Espírito Santo.



EDUCADORES DE FORTALEZA OCUPAM AS RUAS POR DIREITOS E SAÚDE DIGNA

Fotos: Divulgação/SINDIUTE



Mobilizados e de cabeça erguida, aposentados/as de Fortaleza seguem na linha de frente para defender conquistas e barrar retrocessos

Para os trabalhadores da educação municipal de Fortaleza, a aposentadoria não significa o fim da luta. Lado a lado com o SINDIUTE, a experiência de aposentados e aposentadas é combustível para novas conquistas na defesa de direitos.

A força dessa mobilização ganhou as ruas no ato realizado em junho, em frente ao Instituto de Previdência do Município (IPM), reunindo mais de 55 educadores aposentados para denunciar o sucateamento da assistência médica e previdência local. A categoria protestou contra a cobrança abusiva da taxa de 6%, que exige o triplo dos inativos para entregar em troca um serviço precário, limitado a apenas duas cotas mensais de atendimento por usuário, além da carência de médicos especialistas.

Essa pressão reforçou outras lutas históricas, como a cobrança pelo fim do confisco previdenciário de 14% e a agilização na concessão de novas aposentadorias. Como fruto direto dessa resistência organizada, a categoria conquistou uma mesa de negociação com a gestão municipal, garantindo reuniões mensais fixas para cobrar a ampliação, a qualificação e o respeito aos direitos de quem utiliza o IPM.

Diante dos desafios impostos, os espaços de debate promovidos pelo SINDIUTE ganham ainda mais relevância. No Encontro de Aposentados e Aposentadas, centenas de educadores/as se reúnem para alinhar pautas jurídicas cruciais, estudar a conjuntura dos embates da classe trabalhadora e revigorar os laços de uma caminhada histórica.

O engajamento da categoria mostra que o sindicato não é apenas um espaço de representação, mas o ponto de encontro de quem nunca deixou de erguer a voz por dignidade. É com esse orgulho e essa energia contagiante que o SINDIUTE confirma: me aposentei da escola, mas não me aposentei da luta!

Trabalhadores da educação aposentados do Sindiute (CE) seguem de cabeça erguida e firmes na luta



ENVELHECER COM DIGNIDADE ENTRA EM PAUTA EM DEBATE PROMOVIDO PELO SIND-REDE/BH



Foto: Imprensa SindREDE-BH

Atividade na Câmara Municipal reuniu aposentados/as para discutir políticas públicas, combate ao etarismo e o direito a uma velhice com autonomia, participação e cuidado

No encerramento do Junho Violeta, mês dedicado à conscientização e ao combate à violência contra a pessoa idosa, o Coletivo de Aposentados/as do Sind-REDE/BH promoveu, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, um debate sobre os desafios e as perspectivas do envelhecimento na sociedade brasileira.

A atividade reforçou a importância de garantir condições para que a população idosa exerça plenamente seus direitos e envelheça com dignidade.

A programação teve início com a exibição de um vídeo sobre etarismo, abordando de forma informativa e sensível os preconceitos enfrentados por pessoas idosas no cotidiano. O material serviu como ponto de partida para reflexões, relatos de experiências e discussões sobre os caminhos necessários para enfrentar a discriminação relacionada à idade.

Durante o encontro, foram apresentados dados que evidenciam o rápido crescimento da população idosa, especialmente em Minas Gerais. Os participantes destacaram que o aumento da expectativa de vida representa uma importante conquista social, mas também impõe novos desafios para o poder público e para a sociedade.

Em um cenário no qual até quatro gerações convivem simultaneamente, cresce a necessidade de políticas que assegurem proteção, autonomia e qualidade de vida.

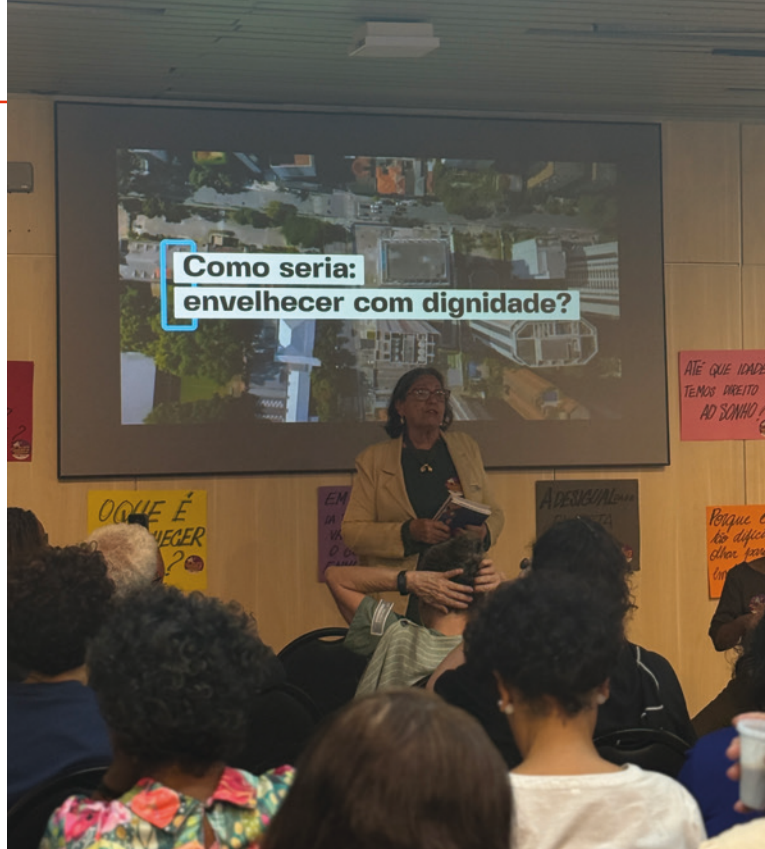
Entre as propostas debatidas, ganhou destaque a defesa de políticas públicas mais abrangentes voltadas ao envelhecimento. Os participantes apontaram a importância de incluir o tema nos currículos escolares, ampliar os espaços de convivência, fortalecer o acesso à saúde, à cultura, à mobilidade urbana, à inclusão digital e à participação social.

Também foram discutidas alternativas para ampliar as redes de apoio destinadas à população idosa, incluindo a criação de moradias coletivas para pessoas com autonomia. Nesse contexto, foi lembrada a disputa judicial envolvendo um patrimônio imobiliário dos servidores municipais de Belo Horizonte, que poderá futuramente ser destinado a iniciativas dessa natureza.

Outro ponto enfatizado foi a importância da participação nos conselhos da pessoa idosa e da simplificação dos mecanismos de acesso aos recursos públicos destinados ao setor.

Ao final, o debate reafirmou que o envelhecimento não deve ser tratado apenas como uma questão individual, mas como um tema coletivo que exige planejamento, compromisso e políticas permanentes.

O encontro destacou a necessidade de construir uma sociedade em que todas as pessoas tenham assegurados o cuidado, o reconhecimento e o pertencimento ao longo de toda a vida.



Marilda Araújo, representante do Conselho Nacional do Idoso e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, participou do evento



QUANDO A AMIZADE FLORESCE



Grupo de aposentadas do Sinprocan transforma linhas, agulhas e convivência em uma obra coletiva que simboliza união, afeto e pertencimento

Fotos: Grupo de Aposentadas/Sinprocan

Todas as terças-feiras, o grupo de aposentadas do Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Canoas (RS) (Sinprocan) se reúne na sede da entidade para fortalecer vínculos, compartilhar experiências e participar de diversas atividades.

A programação inclui palestras sobre temas de interesse do grupo, oficinas de crochê, brechós solidários, festas temáticas e a organização de passeios e viagens.

De acordo com a presidente do Sinprocan, Simone Goulart, a iniciativa tem como objetivo promover o bem-estar das aposentadas, incentivar a convivência e manter o grupo ativo por meio de atividades que estimulem a integração e a criatividade.

Uma das ações especiais desenvolvidas pelas participantes foi a criação da Árvore da Amizade. Durante os encontros semanais, cada aposentada confeccionou flores de crochê em diferentes cores. Unidas em um painel de tecido, as flores deram origem a uma bela árvore, que hoje está exposta no auditório do sindicato e simboliza a união, o carinho e a amizade cultivados pelo grupo ao longo dos anos.

“Esse trabalho manual feito pelas aposentadas é muito representativo, pois simboliza a essência do grupo, a amizade que as une e fortalece. É uma demonstração de carinho, dedicação e cooperação que nos enche de orgulho”, destaca a presidente do Sinprocan, Simone Goulart.



Flores de crochê produzidas pelas participantes deram forma à Árvore da Amizade, obra que celebra a solidariedade, o cuidado mútuo e a força dos vínculos construídos ao longo dos anos



A Árvore da Amizade, construída coletivamente pelas aposentadas, simboliza os laços de união, afeto e convivência cultivados ao longo dos encontros do grupo



SINPRO REALIZOU CAFÉ SEM CONFISCO, FORTALECENDO A CAMPANHA “VOTA, STF”

Foto: Divulgação



Atividade promovida pelo Sinpro-DF reuniu aposentados/as, dirigentes sindicais e especialistas para fortalecer a campanha da CNTE pela suspensão das alíquotas impostas após a reforma da Previdência.

O Café sem Confisco foi realizado pelo Sinpro-DF com aposentadas e aposentados da categoria no dia 23 de janeiro, com o objetivo de fortalecer a luta pela suspensão das alíquotas previdenciárias impostas pela reforma da Previdência do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A atividade estava inserida na campanha da CNTE “Vota, STF: o confisco não é justo”. Um café da manhã especial foi sucedido por uma mesa de debates. Participaram dela a então diretora da CNTE, Rosilene Corrêa – hoje licenciada para disputar as eleições gerais de outubro –; e, pelo Sinpro, o advogado Lucas Mori; as diretoras da Secretaria de Aposentados, Elineide Rodrigues, Izabela Cintra e Consuelita Oliveira; e a coordenadora da Secretaria de Finanças, Márcia Gilda.

A coordenadora da Secretaria de Aposentados do Sinpro, Elineide Rodrigues, abriu os trabalhos: “Desde a reforma da previdência de Bolsonaro, em 2019, tivemos quedas brutais nos salários, com dupla taxação e aumento de alíquotas”, afirmou ela.

Os debates apontaram para a urgência de pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para destravar o julgamento das ações contra o confisco. O advogado Lucas Mori explicou que uma decisão definitiva do STF dará segurança jurídica e abrirá caminho para reparações: “Estamos há seis anos aguardando esse julgamento, precisamos de um desfecho. Pode haver discussão sobre retroativos, mudanças legislativas e a forma de aplicação da decisão”, afirmou.

A análise do papel do governo Ibaneis-Celina coube a Márcia Gilda: “As escolhas de Ibaneis e Celina colocaram em risco instituições e o patrimônio público, como aconteceu no escândalo do Banco Master, que tem impacto sobre instituições como o BRB e o IPrev (Instituto de Previdência)”, apontou ela.

Rosilene Corrêa contextualizou a mobilização nacional articulada pela CNTE, ressaltando que ações nos territórios fazem diferença real no andamento dos processos e na disputa da correlação de forças. “Quando a gente vai para as ruas e dá o recado, somos ouvidos. A história do movimento sindical comprova que a pressão organizada influencia decisões”, disse ela.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

Sinpro-DF reforçou a campanha da CNTE “O confisco não é justo”



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

TEM SÃO JOÃO, TEM ENCONTRO, TEM LUTA

Texto: Gean Brito

Fotos: Gean Brito / Danielle Louise



Ao unir cultura, convivência e participação sindical, o Sinproesemma reforça o papel de educadores experientes na construção do presente e do futuro da entidade

Valorizar quem dedicou a vida à educação pública é um compromisso permanente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma).

Ao longo de 2026, a Secretaria de Aposentados e Aposentadas desenvolveu uma programação que reafirmou o papel dos educadores aposentados como protagonistas da

história da categoria, promovendo momentos de formação, integração, cultura, lazer e fortalecimento da participação sindical.

Essa trajetória teve início com a comemoração do Dia dos Aposentados e das Aposentadas, realizada em janeiro, quando dezenas de educadores e educadoras participaram de uma programação voltada à valorização, à qualidade de vida e ao fortalecimento do vínculo com o sindicato.

O encontro contou com palestras, momentos de confraternização e o lançamento da revista Vitalidade, da CNTE, reforçando a importância de iniciativas que promovam informação, pertencimento e reconhecimento.

Arraial da Educação

O espírito de integração também marcou a participação dos aposentados no tradicional Arraial da Educação, durante as festividades de São João. O momento reuniu cultura popular, música, dança e confraternização, fortalecendo os laços entre diferentes gerações de educadores e reafirmando a identidade cultural maranhense como elemento de união e pertencimento.

Ainda no primeiro semestre, o Sinproesemma promoveu o 11º Passeio dos Aposentados e Aposentadas, para Guaramiranga e Fortaleza, no Ceará. A iniciativa proporcionou dias de convivência, novas experiências e fortalecimento dos vínculos entre os aposentados(as).

Mais do que uma viagem turística, o passeio consolidou-se como uma ação de promoção do bem-estar, da socialização e da valorização daqueles que ajudaram a construir a história do Sinproesemma.

O ponto alto da programação ocorreu com o 12º Encontro Estadual dos Aposentados e Aposentadas, realizado em São Luís, reunindo representantes de diversas regionais do Maranhão para discutir políticas públicas voltadas à população 60+ e os desafios atuais da aposentadoria.

O evento promoveu reflexões sobre envelhecimento, qualidade de vida, direitos previdenciários e a necessidade de fortalecer políticas públicas que garantam dignidade, participação social e valorização dos aposentados.

Na avaliação da secretária de Aposentados do Sinproesemma, Edna Castro, cada atividade representa uma oportunidade de fortalecer o protagonismo dos aposentados dentro da entidade.

“Nosso trabalho é garantir que os aposentados continuem participando ativamente da vida do sindicato. Cada encontro, cada atividade cultural ou de formação é uma forma de reconhecer suas trajetórias e reafirmar que eles continuam sendo parte fundamental da nossa luta”, destaca Edna.

Para o presidente em exercício do Sinproesemma, Fábio Orlan, investir na valorização dos aposentados significa preservar a memória da categoria e fortalecer o futuro da entidade. “Valorizar os aposentados é reconhecer a história de quem dedicou a vida à educação pública e reafirmar o compromisso do Sinproesemma com aqueles que ajudaram a construir a nossa categoria. Eles continuam sendo referência de luta, experiência e compromisso com a educação”, afirma Fábio Orlan.



Celebração, aprendizado e companheirismo estiveram presentes nos eventos realizados ao longo do ano



TEMPO DE VIVER, PARTICIPAR E SEGUIR FORTALECENDO A LUTA

Texto: Henrique Lima • Fotos: Alesandro Vítor



Educadoras e educadores que dedicaram a vida à escola pública continuam fortalecendo a luta sindical, cultivando amizades e participando ativamente da vida da categoria

No SINPROJA, a aposentadoria representa um novo tempo de participação, convivência e valorização. Em Jaboatão dos Guararapes (PE), educadoras e educadores que dedicaram a vida à educação pública seguem construindo a história do sindicato por meio de plenárias, mobilizações, viagens, atividades culturais e momentos de integração promovidos pela Secretaria de Aposentados(as) e Assuntos Previdenciários.

Entre as iniciativas que mais simbolizam esse cuidado está a tradicional Jornada de Lazer, realizada anualmente em dezembro. O encontro reúne aposentadas e aposentados em um dia de celebração, reencontros e confraternização, com atividades recreativas na piscina, música ao vivo, café da manhã e almoço em sistema de bufê, além de oficina de turbantes, massagens, corte de cabelo, aferição de pressão arterial e glicose e outras ações de promoção da saúde e da qualidade de vida.

Um dos momentos mais aguardados da programação é o concurso Miss Aposentada do SINPROJA, que celebra a beleza, a simpatia, a autoestima e a trajetória de mulheres que ajudaram a construir a educação pública no município. Na edição de 2026, a eleita foi Anacarla Senhorinho. A comissão julgadora foi formada por Bianka Figueiroa, Miss Pernambuco 1994; Yasmin Pâmela, Miss Recife 2020; e Cristiano José, colunista social.

Para o diretor da Secretaria de Aposentados(as) e Assuntos Previdenciários, Mavíael Frazão, a Jornada de Lazer representa muito mais do que um momento de confraternização. “É um espaço de reencontros, valorização e reconhecimento de quem dedicou a vida à educação pública. Nosso compromisso é manter aposentadas e aposentados participando ativamente da vida do sindicato.”

A presidenta do SINPROJA, professora Séphora Freitas, destaca que valorizar quem construiu a educação pública é reconhecer a força da experiência. “A memória e o compromisso das aposentadas e dos aposentados continuam fortalecendo o presente e inspirando as novas gerações na defesa da educação pública e dos direitos.”

Além da Jornada de Lazer, a Secretaria promove plenárias, viagens, participação nas lutas da categoria e ações de integração. Também mantém o Coral do SINPROJA, que leva cultura e inclusão a eventos sindicais, igrejas, creches e instituições de acolhimento, como o Abrigo Cristo Redentor, em Jaboatão dos Guararapes.

Assim, o SINPROJA reafirma que a aposentadoria não encerra uma trajetória: inaugura uma nova etapa de participação, protagonismo e compromisso coletivo.



Na jornada de lazer, atividades de relaxamento e bem-estar contribuíram para momentos de cuidado, convivência e qualidade de vida



SINTEAL RESISTE NA LUTA POR EQUIPARAÇÃO SALARIAL DE APOSENTADAS/OS



Foto: Arantos Fotografia

Após anos de mobilização, sindicato conquista abertura de negociação com o governo de Alagoas para corrigir distorções salariais que afetam aposentadas e aposentados da educação

Há anos travando uma verdadeira batalha pela equiparação salarial dos aposentados e aposentadas da rede estadual de ensino de Alagoas, o Sinteal intensificou a pressão ao Governo com grandes mobilizações no último ano.

Com protestos e articulações políticas, a direção do sindicato vive hoje um processo de negociação em que o governador já assumiu o compromisso de reparar as injustiças e equiparar o salário ao tempo de serviço previsto na tabela da categoria.

A presidenta interina do Sinteal, Consuelo Correia, entende que há um avanço com o reconhecimento do atual governador de que é preciso solucionar isso, e garante que o Sinteal tem trabalhado incansavelmente para que o assunto não seja esquecido.

“O Dia do Aposentado esse ano, por exemplo, foi um ato simbólico em nosso balneário, em que festejamos como merecemos, mas levantamos nossas placas de protesto e lembramos nossas prioridades”, detalhou Consuelo.

Em março deste ano, o Sinteal realizou a 2ª Marcha da/o Aposentada/o em Maceió. A iniciativa repercutiu, teve apoio da população, e o resultado veio depois, com uma sinalização do Governo.

“Mobilizamos, fizemos a primeira marcha em 2024, judicializamos a pauta, procuramos intermediação de um parlamentar que apoia nossa luta para abrir o canal com o governador. Seguimos atuando por várias frentes, agora temos a sinalização de desfecho, e permanecemos mobilizadas até que efetivamente nossas/os aposentadas/os estejam com o salário equiparado ao tempo que contribuíram”.

No último ano, há um trabalho sendo feito. Já aconteceram algumas reuniões com o Sinteal no Alagoas Previdência, e na Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (Seplag), por decisão do Governador, para viabilizar a correção dessas distorções.

Margarida Rocha, Secretária de Aposentadas/os do Sinteal, explica que as/os professoras/es que se dedicaram à educação pública foram prejudicadas/os na reformulação do plano de carreira, recebem como se tivessem trabalhado de 15 a 20 anos, mesmo tendo contribuído por mais de 25 anos.



Foto: Arantos Fotografia

Com unidade e participação, aposentados e lideranças sindicais do Sinteal mantêm a defesa de pautas que buscam garantir respeito, valorização e dignidade para quem dedicou a vida à educação pública



Foto: Arantos Fotografia



Foto: Arquivo Sinteal/AL

VALORIZAÇÃO EM TODAS AS FRENTES

Fotos: Marielly Dias



Da luta pelo fim dos 14,25% aos encontros de integração em Caldas Novas, o SINTEGO reafirma seu compromisso com os/as aposentados/as e pensionistas da Educação goiana

O fim da cobrança dos 14,25% sobre aposentadorias e pensões dos/as trabalhadores/as da educação em Goiás continua sendo uma das principais pautas de luta do SINTEGO. Implantado após a Reforma da Previdência estadual, em 2019, o desconto afeta milhares de aposentados/as e pensionistas, reduzindo rendimentos e comprometendo o lazer e a tranquilidade de quem dedicou uma vida à educação pública.

Desde então, o sindicato mantém a mobilização permanente pelo fim dessa cobrança injusta. A pressão do SINTEGO e da categoria garantiu uma importante conquista em 2021: a isenção da contribuição para aposentados/as que recebem até R\$3 mil. No entanto, o SINTEGO defende que a isenção seja ampliada até o teto do INSS, assegurando mais justiça para os/as trabalhadores/as Aposentados/as.

Nos últimos anos, foram anunciadas ampliação da faixa de isenção para R\$ 4,5 mil e, posteriormente, para R\$5 mil. Até o momento, porém, nenhuma dessas promessas foram efetivadas. Por isso, o SINTEGO segue promovendo atos, audiências e mobilizações em Goiânia e Brasília em busca de uma solução definitiva para a categoria.

Valorização

Os encontros dos/as aposentados/as em Caldas Novas estão sendo mais uma demonstração do compromisso histórico do SINTEGO com aqueles/as que dedicaram a vida à Educação Pública de qualidade. Mais do que promover momentos de lazer e convivência, o sindicato cria espaços de acolhimento, integração e fortalecimento da categoria, reconhecendo a importância dos/as trabalhadores/as que ajudaram a construir a história da Educação em Goiás.

Ao reunir aposentados/as de diversas regiões do estado, o SINTEGO fortalece laços de amizade, incentiva a participação nas lutas e contribui para a saúde física e emocional dos/as participantes. A valorização dos/as aposentados/as não acontece apenas na defesa de direitos, mas também na promoção da qualidade de vida, do bem-estar e do sentimento de pertencimento à família sindical.



Os eventos da categoria fortalecem vínculos e renovam o sentimento de pertencimento à entidade sindical



Entre a luta por direitos e a promoção da qualidade de vida, os aposentados do Sinte go encontram espaços de participação, troca de experiências e fortalecimento coletivo



CONEXÃO SEM IDADE: SINTEPE PROMOVE CIDADANIA COM O LETRAMENTO DIGITAL PARA A PESSOA IDOSA

Fotos: Pericles Chagas



Com aulas práticas e apoio de jovens monitores, participantes ganham mais segurança para navegar no ambiente digital e evitar fraudes

A tecnologia transformou a forma como as pessoas vivem, se comunicam e acessam direitos. Hoje, o smartphone é muito mais do que um aparelho para fazer ligações ou trocar mensagens: tornou-se a principal porta de entrada para serviços essenciais como consultas médicas, operações bancárias, acesso ao Gov.br, transporte por aplicativo, compras online e informações de interesse público.



Encontro de gerações: Sintepe - PE promove o letramento digital para pessoas aposentadas

No entanto, para milhares de pessoas idosas, essa transformação também trouxe novos desafios como a dependência de familiares para realizar tarefas simples, o medo de cometer erros e a exposição cada vez maior a golpes virtuais e à desinformação.

Pensando nessa realidade, o Sintepe (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco) - por meio da Secretaria Para Assuntos de Aposentados -, criou o curso Conexão Sem Idade, uma iniciativa voltada às aposentadas e aposentados do Sindicato, que busca promover autonomia, segurança e inclusão digital.

“A gente tem percebido essa necessidade da base em nossas plenárias, encontros, atendimentos na sede do Sindicato. O curso é um pontapé para um projeto permanente de letramento digital, com o objetivo de sempre ampliar a independência e a segurança digital das aposentadas

e aposentados do Sintepe”, ressaltou Socorrinho Assunção, secretária de Aposentados/as do Sindicato.

Ao longo de cinco encontros, os participantes tiveram acesso a conteúdos teóricos e práticos sobre o uso do smartphone, redes sociais, aplicativos e serviços digitais, aprendendo a navegar na internet com mais confiança e independência.

Mais do que ensinar a utilizar um smartphone, o curso partiu do conceito de letramento digital, que envolve desenvolver habilidades para compreender, interpretar e utilizar as tecnologias de forma crítica e segura. É notório que o domínio das ferramentas digitais também contribui para o exercício da cidadania, garantindo acesso a serviços públicos, informações e direitos.

Dentre tantos outros assuntos, um dos pontos centrais do curso foi a segurança digital. Diante do crescimento

das fraudes praticadas pela internet, uma aula exclusiva sobre prevenção de golpes, ensinando a identificar tentativas de fraude, como falsas mensagens de parentes pedindo Pix, links maliciosos, boletos falsificados e golpes bancários tornou-se indispensável.

Ao promover o letramento digital, o Sintepe reafirma seu compromisso com a valorização das aposentadas e dos aposentados, entendendo que envelhecer com dignidade também significa garantir condições para participar plenamente da sociedade conectada.

O Conexão Sem Idade representou um passo importante para que esse público, de cerca de 110 pessoas idosas participantes, utilize a tecnologia como instrumento de liberdade, participação social e exercício da cidadania, substituindo a insegurança pela confiança e a dependência pela autonomia.



INTERAÇÃO GERACIONAL FUNCIONA!

A professora de História aposentada Alcilene Braga, de 69 anos, é uma das participantes do curso e destaca os benefícios da iniciativa. “A iniciativa é excelente e eu já aprendi muita coisa. Tinha Instagram e Facebook, mas não sabia usar direito. Aprendi a organizar minhas redes sociais, colocar fotos e entender melhor como funcionam. O mais importante é que a gente aprende que não basta só mexer no celular, mas que é preciso ter segurança, preservar nossos dados pessoais e aprender com independência”, afirmou.

Ela também resalta que o curso tem contribuído para tornar os idosos mais seguros no ambiente digital. “Hoje em dia tem muitos golpes, e a gente recebe orientações para não clicar em links suspeitos e evitar fraudes. Além disso, os jovens têm muita paciência para tirar nossas dúvidas e ensinar na prática. Estamos gostando muito”, completou.

APOSENTADOS DA EDUCAÇÃO FORTALECEM A MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Fotos: Secom SINTE-PI / Léo Maciel



4ª Marcha dos Aposentados/as da Educação Pública do Piauí

Os aposentados da educação do Piauí são protagonistas da luta sindical e guardiões da memória coletiva da categoria. A Secretaria de Aposentados do SINTE-PI reafirma que este segmento é essencial para manter viva a resistência e a mobilização em defesa da educação pública e da dignidade dos trabalhadores.

Sua força ficou ainda mais evidente na 4ª Marcha dos Aposentados e Aposentadas da Educação Pública

do Piauí, em 11 de novembro de 2025, quando educadores, ativos e aposentados, tomaram as ruas de Teresina exigindo valorização profissional, concurso público, atualização do Plano de Carreira e o fim da taxaço previdenciária, denunciando o confisco da previdência e reafirmando que a luta não tem idade. Como sublinhou no curso da Marcha a presidenta do SINTE-PI, Paulina Almeida, ao afirmar que: “... os aposentados continuam na linha de frente da luta sindical!”.



Encontro Estadual de Aposentados: Ato de resistência e formação política

Eventos como o “Encontro Estadual de Aposentadas (os): Ato de resistência e formação política”, o “Coletivo de Aposentados e Mulheres: desafios atuais e envelhecimento saudável” e o Dia de Lazer, “Viva a vida em movimento: Mente ativa e corpo leve!” mostraram que envelhecer com dignidade é viver em movimento e lutar por respeito e justiça. Oficinas, debates e atividades culturais transformaram momentos de convivência em atos políticos contra a invisibilidade e o descaso.

A Secretaria de Aposentados consolida os Coletivos de Aposentados e promove novas ações que intensificam a participação e a representatividade do segmento junto a categoria. Cada encontro, cada marcha, cada debate reafirma que a aposentadoria não é fim, mas continuidade da história coletiva. Aposentadas e aposentados carregam a memória das conquistas e, com coragem e vitalidade, inspiram novas gerações. São pilares da resistência sindical e da defesa da educação pública, transformando indignação em ação e esperança em resistência.

**APOSENTADOS SIM,
INATIVOS NUNCA,
EDUCADORES SEMPRE!**



Coletivo de Aposentados e Mulheres: desafios atuais e envelhecimento saudável



Viva a vida em movimento Mente ativa e corpo leve!

O DIREITO DE ENVELHECER COM SAÚDE E AUTONOMIA

Fonte: Arquivo Pessoal



Aposentada Enilce Pereira de Souza

A história da professora Enilce lança luz sobre os desafios de envelhecer com dignidade e mostra que essa etapa da vida também é marcada pela liberdade de continuar fazendo escolhas

A professora Enilce Pereira de Souza tinha presença confirmada no 9º Encontro Estadual de Aposentados(as) do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), realizado em janeiro deste ano.

O evento reuniu educadores para debater políticas públicas voltadas à pessoa idosa, saúde, qualidade de vida e os desafios enfrentados pela categoria, além de proporcionar momentos de integração e lazer.

Dias antes do encontro, porém, Enilce recebeu a notícia de que havia sido nomeada em um novo concurso da rede estadual. Aos 56 anos, decidiu seguir um caminho diferente da maioria.

Após conquistar a aposentadoria, optou por retornar à sala de aula. A decisão é uma exceção em uma categoria marcada pelo adoecimento. Para muitos professores, a aposentadoria representa a oportunidade de recuperar a saúde depois de décadas de sobrecarga física e emocional.

“A minha trajetória na educação não foi fácil. Tive momentos de cansaço extremo e adoecimento. A aposentadoria era um objetivo, mas, quando ela chegou, percebi que ainda tinha disposição e vontade de ensinar. Ainda tenho um desafio como professora”, relata.

Segundo Enilce, as constantes mudanças nas políticas educacionais a cada troca de governo impactam diretamente a vida dos profissionais da educação. “Muita coisa é colocada sobre a responsabilidade do professor, e isso faz com que a gente adoeca”, afirma.

O relato da professora dialoga com uma realidade cada vez mais presente no país: o envelhecimento da população. O número de pessoas com 60 anos ou mais passou de cerca de 20 milhões, em 2010, para 32 milhões, em 2022, segundo o IBGE. Um cenário que exige políticas públicas capazes de assegurar saúde, proteção social, autonomia e qualidade de vida para a população idosa.

Para a secretária de Seguridade Social do Sintep-MT, Angelina de Oliveira Costa, viver mais precisa significar viver melhor, com direitos garantidos e condições para exercer plenamente a cidadania.

O 9º Encontro Estadual de Aposentados(as), reuniu representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz) abordaram temas como a violência contra a pessoa idosa, os ataques aos direitos previdenciários e os impactos das doenças sobre a saúde física, mental e financeira.

Para Angelina, a volta ao trabalho após a aposentadoria não tem sido apenas exceção mas sim o reflexo da desvalorização salarial protagonizada pelos governos, que não se preocupam em cuidar de pessoas.

“Envelhecer com dignidade depende também de políticas que promovam proteção social, acesso à saúde e qualidade de vida”, conclui.

Lazer e diversão para manter a saúde física e mental saudáveis



Ato público contra as políticas de previdência do governo do Estado de MT nas ruas de Cuiabá



EXPERIÊNCIA QUE SEGUE EM MOVIMENTO

Fotos: Acervo da Assessoria de Comunicação/SINTEP-PB



Com mobilização permanente, aposentadas e aposentados do SINTEP-PB acumulam conquistas, defendem direitos e seguem na linha de frente da educação pública paraibana

“**A**posentados, sim; inativos, nunca. Educadores, sempre!” O lema traduz a trajetória de luta das aposentadas e dos aposentados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB).

Mesmo após o término da vida profissional, eles seguem mobilizados em defesa da valorização da categoria, da igualdade de direitos e da educação pública, gratuita e de qualidade.

Ao longo de sua história, o SINTEP-PB acumulou importantes conquistas por meio da mobilização permanente e da atuação política e jurídica da entidade.

Entre as vitórias mais recentes está a incorporação integral da Bolsa-Desempenho aos vencimentos de aposentados/as e pensionistas da rede estadual, concluída em junho de 2026.

A entidade também mantém como prioridade a cobrança pelo cumprimento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), especialmente do artigo 38, que assegura o reposicionamento funcional e a paridade salarial.

Além disso, atua na defesa dos direitos previdenciários e no enfrentamento de medidas que representem perdas para a categoria. Outra frente de trabalho é a atualização cadastral dos filiados, fundamental para garantir o acesso a ações judiciais, benefícios e serviços oferecidos pelo sindicato.



Dia da/o Aposentada/o

Por meio da Secretaria de Aposentadas e Aposentados, o SINTEP-PB promove regularmente encontros, debates e atividades voltadas à formação, à integração e ao fortalecimento dos vínculos entre seus filiados.

Em 2026, as comemorações do Dia da Aposentada e do Aposentado reuniram educadoras e educadores em diferentes regiões da Paraíba. A programação incluiu um café da manhã na 3ª Regional, em Campina Grande; uma mobilização organizada pela 9ª Regional, em Cajazeiras; e o sarau “Celebrando a Vida”, realizado pela 1ª Regional, em João Pessoa, com apresentações culturais, recital de poesias e momentos de confraternização.



Coletivo de Aposentados da CUT-PB

O sindicato também participou da criação do Coletivo de Aposentados e Aposentadas da CUT-PB, iniciativa voltada ao fortalecimento da organização e da representatividade desse segmento no movimento sindical. Na ocasião, o professor aposentado Paulo Tavares, diretor da Secretaria Sindical do SINTEP-PB, foi homenageado pelos relevantes serviços prestados à educação pública e à defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.



LEGADO DE LUTA, COMPROMISSO COM O FUTURO

Fotos: Aguinaldo Ferreira



Com presença ativa nas mobilizações do SINTEPP, educadores que dedicaram a vida à escola pública seguem contribuindo para a defesa dos direitos e das conquistas da categoria

Educadores aposentados/as do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP) seguem presentes em assembleias, manifestações e ações sindicais.

“Nossa história não se apaga com canetadas. Seguiremos mobilizados para defender direitos históricos que, na nossa avaliação, vêm sendo ameaçados pelo governo Hana Ghassan/Helder Barbalho. A participação dos aposentados tem sido fundamental para fortalecer essa luta e garantir conquistas para toda a categoria”, destaca o SINTEPP.



Entre os episódios mais recentes apontados pela entidade está a ocupação da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em 2024, quando educadores protestaram contra propostas que, segundo o sindicato, poderiam comprometer a valorização profissional e a qualidade da educação pública. Na ocasião, a categoria também manifestou preocupação com a possibilidade de substituição de professores pelo chamado Centro de Mídias.

Outro momento ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2025, quando a greve dos trabalhadores da educação mobilizou profissionais em todo o estado. Conforme o SINTEPP, a paralisação

contribuiu para a revogação do Projeto de Lei nº 10.820, que previa alterações no Estatuto do Magistério, no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e nos programas SOME e SOMEI, voltados ao atendimento de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

A categoria também mantém viva a memória dos acontecimentos de 18 de dezembro de 2024, quando a votação do projeto na Assembleia Legislativa foi marcada por confrontos entre manifestantes e forças de segurança. Para o sindicato, o episódio se tornou um símbolo da resistência dos trabalhadores da educação em defesa de seus direitos.



PISO DO MAGISTÉRIO

O SINTEPP cobra a aplicação integral do piso nacional do magistério e afirma que os reajustes previstos para 2025 e 2026 ainda não foram implementados.

VALORIZAÇÃO SALARIAL

A entidade reivindica a atualização salarial dos funcionários de escola e aponta que parte da categoria ainda convive com remunerações defasadas.

VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI)

Segundo o sindicato, reajustes concedidos pelo governo têm sido acompanhados de reduções na VPI, impactando os ganhos efetivos dos trabalhadores.

APOSENTADORIAS EM ATRASO

Educadores aguardam há mais de dez anos pela conclusão de processos de aposentadoria. O sindicato cobra maior agilidade do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

CONCURSO PÚBLICO

O SINTEPP defende a realização de novos concursos públicos e critica a ampliação dos contratos temporários na rede estadual de ensino.

PREVIDÊNCIA DO RIO GRANDE EM DEBATE

Fotos: Victória Silva



Debates e momentos de esclarecimento ajudaram a aproximar as/os aposentadas/os das instituições previdenciárias, fortalecendo o acesso à informação e o exercício de direitos

Encontro reuniu mais de 50 pessoas para tratar de pagamentos, combater desinformação e fortalecer a mobilização da categoria

Em junho, o Departamento das Aposentadas do Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande (SINTERG) promoveu, na sede da entidade, uma roda de conversa com a PREVIRG sobre o regime próprio de previdência do município. A atividade reuniu mais de 50 pessoas, entre integrantes da coordenação do Sindicato, servidores municipais e aposentados, mesmo em um dia de muito frio e chuva.



Previdência em debate

Durante a atividade, o segmento pôde conhecer melhor o funcionamento da Previdência do Rio Grande e tratar de questões que geram preocupação entre as servidoras. Em relação ao valor do fundo, a PREVIRG é o maior regime próprio de previdência do Rio Grande do Sul, atrás apenas do fundo de previdência da capital.

Questões relacionadas ao acesso a contracheques e às datas de pagamento também estiveram entre os temas abordados. A iniciativa criou um espaço de escuta e diálogo direto entre as participantes e o órgão, que esteve representado pelo diretor-presidente, pela diretora financeira e pela equipe responsável pela folha de pagamento.

Segundo a coordenadora do Departamento, Sônia Machado, a iniciativa surgiu da necessidade de desmentir boatos de que a PREVIRG estaria deficitária ou enfrentando “rombos” financeiros. A intenção, de acordo com ela, foi oferecer informações que trouxessem mais segurança às servidoras aposentadas e reafirmar a solidez da Previdência do município.



Aposentadoria sem afastamento da luta

A trajetória de Adriana Moreira Flores mostra que a aposentadoria não significa afastamento da participação. Professora aposentada, ela atualmente preside o Conselho Deliberativo da PREVIRG, após ser eleita para representar não apenas as(os) aposentadas(os), mas todas(os) as(os) servidoras(es) da ativa.

“Este ano, quando fui escolhida presidente, a princípio não queria aceitar. Tudo o que é novo e traz responsabilidade nos deixa em dúvida. Às vezes a gente não se acha capaz e se subestima. Mas eu gostei do voto de confiança”, compartilhou.

Ações como essa integram o trabalho permanente do Departamento das Aposentadas do SINTERG para aproximar o coletivo e fortalecer a mobilização conjunta com as(os) servidoras(es) da ativa. A atuação reforça a importância da participação das aposentadas nas lutas da categoria e na defesa de uma educação pública de qualidade e valorizada.



SINTE-RN TRANSFORMA APOSENTADORIA EM QUALIDADE DE VIDA

Por Sinte-RN

Fotos: Lenilton Lima



Ações valorizam quem ajudou a construir a educação pública do RN

A aposentadoria encerra um ciclo profissional, mas não a luta em defesa da educação pública. No Sinte-RN, os/as aposentados/as seguem como parte ativa da organização sindical, com acesso a serviços, atividades e mobilizações que garantem direitos e fortalecem seu protagonismo.

A assistência jurídica é uma das principais frentes de atuação. Com atendimento especializado, a entidade acompanha processos individuais e coletivos. Nos últimos meses, mais de 80% dos alvarás entregues foram destinados ao público aposentado, garantindo o recebimento de valores aguardados há anos. A aposentada Francisca Gonçalves destaca a importância do Sindicato:

“Nunca me arrependi de ter me associado. Foi através das nossas lutas e do Sinte-RN que conquistamos nossos direitos. Nossa vida financeira mudou bastante”.

O compromisso com esse segmento também passa pela promoção do bem-estar. Semanalmente, aposentados(as) participam de aulas de dança, fonoaudiologia, coral e arteterapia. Além disso, o Sindicato promove encontros, comemorações, passeio anual e a celebração do Dia Nacional do Aposentado e da Aposentada, fortalecendo vínculos e incentivando uma vida ativa.

Outra iniciativa é o Seminário de Aposentados(as) e Pré-Aposentados(as), realizado a cada dois anos. O evento promove debates sobre direitos, envelhecimento, saúde e conjuntura. “O que proporcionamos impacta significativamente a vida daqueles que construíram a educação e o próprio Sinte-RN”, afirmam as diretoras de Aposentados(as) do Sindicato, professoras Marlene Moura e Elinete Costa.

Egivânia Santos, diretora de Aposentados(as) da entidade na gestão 2022-2026, ressalta a importância desse grupo para o fortalecimento sindical: “Manter acesa a luta dos aposentados e das aposentadas é fundamental para o aprimoramento e a manutenção de direitos. É isso que faz com que nosso Sindicato permaneça forte e combativo”.

Atualmente, o Sinte-RN luta pela inclusão de antigos ASGs, merendeiras e demais funcionários(as) aposentados(as) da educação no PCCR da categoria. O Sindicato cobra do Governo a valorização desse segmento, que permanece vinculado ao antigo Plano de Carreira, com salários defasados e sem perspectivas de progressão.

Ao reunir assistência jurídica, mobilização, formação, convivência, cultura e lazer, o Sinte-RN contribui para que a aposentadoria seja vivida com dignidade, participação e qualidade de vida.



CINCO ANOS DE LUTA CONTRA O DESCONTO DE 14%

Da rotina desafiadora nas escolas do interior às mobilizações em defesa da aposentadoria, educadores catarinenses mostram que a luta continua além da sala de aula

Texto: Priscila Oliveira
(Comunicação Sinte/SC)

Foto: Carol Sônego



Trabalhadoras e trabalhadores da educação de Santa Catarina realizam mobilização para cobrar do Supremo Tribunal Federal (STF) o fim do desconto de 14%, em janeiro de 2026

Foto: Carol Sônego



Sinte/SC entrega a Carta de Piratuba ao Governo do Estado em audiência que pautou a revogação do desconto previdenciário de 14%

Marli de Lima, trabalhadora aposentada, dedicou 29 anos à educação pública catarinense. Quando iniciou sua jornada como professora, na década de 1980, chegava a percorrer até sete quilômetros a cavalo por dia para lecionar em escolas de Lages (SC). Nas unidades em que atuou, plantou hortas, jardins e chegou a carregar água em baldes para garantir a limpeza das salas de aula.

A trajetória de Marli retrata a dedicação de gerações de trabalhadores e trabalhadoras da educação no estado. Como ela, milhares de educadores enfrentaram condições precárias de trabalho e, ainda assim, fizeram da escola um espaço de conhecimento e transformação.

Nos últimos cinco anos, os/as aposentadas/os da educação, que mereciam um descanso digno, tiveram que ocupar as ruas e lutar contra um confisco injusto em seus salários: o desconto previdenciário de 14%.

A partir da organização do Sinte/SC, participaram de diversos atos, mobilizações, reuniões e audiências. Em 2022, reuniram cerca de 100 mil assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular nº 037/2023. Para pressionar pela aprovação do projeto, ocuparam diversas vezes os corredores e gabinetes da Assembleia Legislativa.

“São cinco anos de muita luta. Nossa mobilização ampliou a faixa de isenção, mas nunca aceitamos que uma conquista parcial significasse o fim dessa luta. No 5º Encontro de Aposentados e Aposentadas do Sinte/SC, realizado em maio de 2026, os/as trabalhadoras/es da educação reafirmaram a disposição de estar na linha de frente desta luta.



Foto: Carol Sonego

Cerca de 600 trabalhadores e trabalhadoras da educação participam do 5º Encontro de Aposentados e Aposentadas do Sinte/SC, em maio de 2026



Foto: Ramon Andrade

Aposentados e aposentadas realizam mobilização em frente à residência oficial do Governo do Estado



Foto: Ramon Andrade

Aposentados e aposentadas da educação ocupam as ruas de Piratuba em um ato público pela revogação total do confisco de 14%, em maio de 2026

Após o evento, foi entregue ao Governo a Carta de Piratuba, um documento construído e aprovado no Encontro que cobra a revogação integral do desconto previdenciário”, afirma Alvete Pasin Bedin, secretária de Aposentados/as e Assuntos Previdenciários do Sinte/SC.

Em julho de 2026, a luta chegou até a porta da casa do governador. Centenas de aposentados e aposentadas foram até a residência oficial de Jorginho Mello reivindicar a revogação total do desconto de 14%. A mobilização deixou um recado claro às vésperas das eleições: o voto tem memória, e cinco anos de luta não serão esquecidos nas urnas.

ENTRE A MOBILIZAÇÃO E A CULTURA, APOSENTADOS FORTALECEM O SINTESE



Foto: Luana Capistrano

Grupo de Dança do SINTESE Cultural, interpretando o Maculelê, em ato rua, em Aracaju, na defesa da valorização do magistério público sergipano

Ao longo dos seus 48 anos de história e luta, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe (SINTESE) sempre defendeu a paridade entre ativos e aposentados. A defesa da paridade tem como base não só o que estabelece a Constituição Federal, mas também a crença desta entidade sindical de que todas e todos, da ativa ou aposentados, são professoras e professores sempre! E que a luta deve beneficiar tanto aqueles que hoje estão no chão da escola, como aqueles que dedicaram anos de suas vidas à educação das filhas e filhos dos trabalhadores de Sergipe.

Para o SINTESE, os professores aposentados representam uma força de luta, sempre presentes em todas as atividades do Sindicato.

Aposentados e os rumos da luta

Diante desse importante papel político e social, as professoras e professores aposentados, filiados ao SINTESE, também têm efetiva participação nas decisões sobre os rumos da nossa entidade. Este ano acontece o XIX Congresso Estadual das/os Trabalhadoras/es da Educação, realizado pelo SINTESE, entre os dias 27 e 29 de agosto.

O Congresso é o fórum máximo de deliberação do SINTESE e tem como objetivo construir e aprovar o plano de lutas para o próximo biênio do magistério público sergipano. Ao todo 1.146 de professores aposentados podem ser delegados no Congresso.

SINTESE Cultural

A luta das professoras e professores aposentados também reverbera em forma de arte e cultura, a partir do projeto SINTESE Cultural. Com 17 anos de história, o SINTESE Cultural busca fortalecer a autoestima, a qualidade de vida, além de estimular a pesquisa, o respeito às tradições e as manifestações artístico-culturais. Atualmente conta com dois projetos principais: o grupo de Danças Folclóricas e o Coral Professora Sônia Maria Santos, que se tornaram espaços não só de dança e música, mas também de luta, de interação social e de libertação.



Foto: Max Corrêa

Coral do SINTESE Professora Sônia Maria junto com o presidente do nosso Sindicato, professor Roberto Silva



Foto: Luana Capistrano

Professoras aposentadas fazem ato em defesa do Instituto de Saúde dos servidores públicos de Sergipe



Foto: Luana Capistrano

Professores aposentados em ato de rua, no Centro de Aracaju-SE, na luta pela devolução dos 14% descontados de suas aposentadorias entre abril de 2020 e junho 2022



Foto: Max Corrêa

Delegadas eleitas pelos professores aposentados, no último Congresso realizado pelo SINTESE

DA RESISTÊNCIA À CONQUISTA: APOSENTADOS(AS) NA LINHA DE FRENTE EM DEFESA DO IPSEMG

Fotos Maxwell Vilela



Quando o governo de Romeu Zema avançou sobre a proteção social e ameaçou o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (IPSEMG), foi a experiência de quem já enfrentou muitas batalhas que apontou o caminho da resistência

Em Minas Gerais, o IPSEMG garante assistência à saúde a milhares de trabalhadores e trabalhadoras da educação. Nos últimos anos, esse patrimônio da categoria vem sendo alvo de sucessivas investidas do Executivo estadual. A mais grave delas veio com o Projeto de Lei 2.238/24, encaminhado por Zema à Assembleia Legislativa, que propunha o desmonte do Instituto e transferia ao funcionalismo o ônus do déficit em suas contas.

Seguiu-se um longo embate, no qual o governo encontrou uma resistência que não esperava. Sustentá-la exigiu vigilância contínua nos espaços de deliberação da ALMG, onde aposentados/as tiveram papel fundamental. O resultado foram alterações que atenuaram os pontos mais danosos da proposta original.

As emendas apresentadas pela oposição impediram a venda de imóveis do Instituto, reduziram a alíquota cobrada dos servidores e evitaram a exclusão de um grande contingente de beneficiários. Entre elas, destacou-se a de autoria da deputada Beatriz Cerqueira (PT), que estabeleceu um direito inédito: a garantia de permanência na assistência à saúde do IPSEMG para quem se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Até então, essas pessoas perdiam o acesso ao Instituto justamente na fase em que mais precisam de proteção.

Novamente, aposentados/as da educação de Minas Gerais ensinaram que, enquanto houver ataques, haverá resistência. E enquanto houver resistência, seguirão organizados pelo Sind-UTE/MG, reafirmando que da luta ninguém se aposenta.



Longevidade para ler, assistir, ouvir e se inspirar

Sugestões de leitura e filmes para refletir sobre a vida na maturidade

LIVROS INSPIRADORES



A VIDA QUE VALE A PENA SER VÍVIDA

Clóvis de Barros Filho e Arthur Meucci

Aborda questões sobre o significado da vida, a busca pela felicidade e a liberdade de fazer escolhas..

Indicado por **Angelina Costa**,
secretária de Seguridade Social do Sintep-MT.



O VELHO E O MAR

Ernest Hemingway

Contada em sua famosa prosa poderosa e minimalista, esta história de coragem e triunfo pessoal é até hoje uma das obras mais duradouras de Hemingway.

Indicado por **Elisa Maria Neiva de Lima Muller**,
secretária de Aposentados(as) da APP-Sindicato.

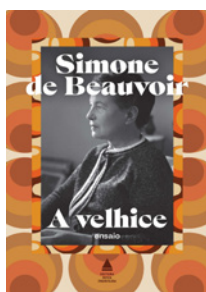


UMA HISTÓRIA DA VELHICE NO BRASIL

Mary Del Priore

Com uma narrativa envolvente e embasada em ampla pesquisa documental, o livro revela como a sociedade brasileira viu, tratou e representou a velhice desde os tempos coloniais até os dias atuais.

Indicado por **Elisa Maria Neiva de Lima Muller**,
secretária de Aposentados(as) da APP-Sindicato.



A VELHICE

Simone de Beauvoir

A filósofa francesa analisou a fundo como algumas ciências e suas especializações tratam a senilidade, valendo-se também de pesquisas e estatísticas.

Indicado por **Elisa Maria Neiva de Lima Muller**,
secretária de Aposentados(as) da APP-Sindicato.



O PERDÃO DA LEITURA

Walmir Brelaz

A narrativa acompanha uma professora que atua no sistema prisional e promove o incentivo à leitura entre os internos. O enredo aborda o benefício jurídico da remição de pena, no qual a leitura de cada obra literária resulta na redução de quatro dias do tempo de cárcere.

Indicado por **Sandra Azevedo**,
coordenadora da Secretaria de Aposentados SINTEPP-PA.



SOCIOLOGIA CRÍTICA PARA O SÉCULO XXI

Pedrinho A. Guareschi

Em uma era marcada pela inteligência artificial e pelas plataformas digitais, o livro convida à reflexão sobre autonomia, consciência e pensamento crítico. Com olhar sociológico, questiona a influência da tecnologia sobre desejos e conhecimentos, defendendo uma educação voltada para a transformação social.

Indicado por **Sérgio Kumpfer**,
secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários da CNTE.

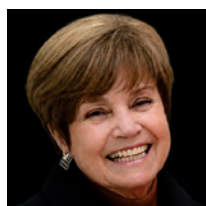




O ENVELHECER DE CADA UM YOUTUBE

Discute o que é o bom envelhecimento. A obra foi concebida no contexto de uma pesquisa sobre envelhecimento saudável e desigualdades sociais, realizado numa parceria entre a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a Universidade de Newcastle, no Reino Unido.

Indicado por **Elisa Maria Neiva de Lima Muller**,
secretária de Aposentados(as) da APP-Sindicato.



O ÚLTIMO AZUL NETFLIX

O filme retrata um Brasil distópico que aborda a segregação e o exílio forçado de idosos em colônias isoladas. O enredo debate fortemente o etarismo e a tentativa de segregar os idosos da sociedade.

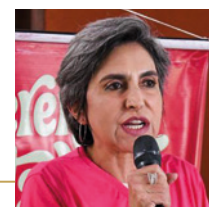
Indicado por **Floripes Godinho**,
secretária de Aposentados da APEOESP.



PARA SEMPRE ALICE PRIME VIDEO

Alice Howland é professora de Harvard e especialista em linguística. Sua vida muda inesperadamente quando ela é diagnosticada com Alzheimer.

Indicado por **Izabela Cintra**,
diretora da Secretaria dos Aposentados do Sinpro-DF.



SEXY AOS 79! | HELENA SCHARGEL TEDXSAOPAULO (Disponível no YouTube)

Helena se reinventou chegando aos 80, se tornou uma ativista da melhor idade e acredita que as pessoas com mais de 60 anos precisam sair da invisibilidade.



A INVENÇÃO DE UMA BELA VELHICE | MIRIAN GOLDENBERG TEDXSAOPAULO (Disponível no YouTube)

Mirian Goldenberg oferece um novo olhar sobre a felicidade na velhice. Ela é autora dos livros "A bela velhice", "Coroas", "Corpo, envelhecimento e felicidade", "Velho é lindo!", "Por que os homens preferem as mulheres mais velhas?", entre outros.

ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL SPOTIFY

Podcast quinzenal traz temas que tratam do envelhecimento com qualidade de vida e entendendo que esse é um processo natural da vida.



DIÁLOGO SINTE-PIAUI EP.04 - "O CONFISCO NÃO É JUSTO. VOTA STF!"

O 4º episódio do podcast Diálogo Sinte-Piauí traz um tema urgente para a categoria, o confisco das aposentadorias dos trabalhadores e trabalhadores da Educação aposentados.

QUEM TEM MAIS IDADE TEM MAIS DIREITOS

Você sabia que além do Estatuto do Idoso, existem outras leis que protegem os idosos como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei dos planos de saúde, leis tributárias etc? Para deixá-lo informado sobre isso, reunimos alguns benefícios a que você tem direito por ter mais de 60 anos.

Saúde

O idoso tem direito ao atendimento preferencial, no Sistema Único de Saúde (SUS). Em casos de internação, tem direito à acompanhante. Também deve receber os medicamentos gratuitamente, sobretudo os de uso continuado (para doenças como hipertensão, diabetes etc.), assim como próteses e órteses.

O idoso internado ou em observação em qualquer unidade de saúde tem direito a acompanhante, desde que o médico assistente autorize.

Lazer, Cultura e Esporte

A lei assegura o desconto de 50% nos ingressos dos cinemas, teatros, jogos e demais espetáculos. Aproveite e divirta-se!

Financiamento Imobiliário

O Estatuto do Idoso prevê que 3% das unidades residenciais dos programas habitacionais devem ser reservadas às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O banco não pode se recusar conceder um financiamento imobiliário só porque você é idoso. Isso é discriminação! O fato deve ser comunicado imediatamente às autoridades para que providências sejam tomadas.



Direito à Assistência Social

A lei garante a toda pessoa com idade igual ou superior a 65 anos que não tenha como se sustentar o benefício de 1 (um) salário mínimo. Não é muito, mas ajuda. Você deve se dirigir à agência da Previdência Social (INSS) mais próxima.



Transporte

Toda pessoa com idade igual ou superior a 65 anos tem o direito a viajar de graça nos ônibus e metrô.

Para viagens em ônibus interestaduais, a lei reserva 2 vagas gratuitas por veículo para os idosos com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos. Basta apresentar a identidade e o contracheque. Se as vagas já estiverem preenchidas, poderá viajar pagando apenas 50% do valor da passagem.



Direito à rapidez nos processos

Os idosos têm preferência na tramitação de processos judiciais, mas é preciso solicitar por escrito a prioridade na tramitação em razão de sua idade.



Estacionamentos

O Estatuto do Idoso determina que 5% das vagas dos estacionamentos, públicos ou privados, sejam destinadas aos idosos. Para usar esse direito é preciso tirar uma autorização no DETRAN.



Filas

O idoso tem direito a atendimento preferencial. Em razão disso, os estabelecimentos públicos e comerciais

como supermercados, cinemas, repartições públicas etc, devem ter caixas especiais para assegurar o atendimento o mais rápido possível. Se não houver caixas especiais, pode passar na frente porque a preferência é sua!



Imposto de Renda

A lei garante o direito a um desconto a ser deduzido na declaração de renda para quem tem 65 anos ou mais e o salário é de apenas de uma fonte (aposentadoria ou pensão).

O idoso também é isento do pagamento do Imposto de Renda se tem doenças como: AIDS; Alienação mental; Cardiopatia grave; Cegueira; Contaminação por radiação; Doença de Parkinson; Esclerose Múltipla; Fibrose cística; Hanseníase; Hepatopatia grave; Nefropatia grave; Câncer; Paralisia incapacitante e Tuberculose Ativa. Para conseguir a isenção, é preciso apresentar ao INSS ou ao órgão que paga o seu benefício um laudo pericial do serviço médico oficial da União, dos Estados ou dos Municípios o qual comprove a doença.

A Receita Federal prioriza o pagamento da restituição do Imposto de Renda aos idosos.

**Nenhum idoso
poderá ser objeto
de negligência,
discriminação,
violência, crueldade
ou opressão.**

DENUNCIE!

**DISQUE
DIREITOS
HUMANOS 100**

VITALIDADE

ANO 4 • VOL. 4 • N. 4 • EDIÇÃO 2026



Coordenação da Revista: Sérgio Antônio Kumpfer

(Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários da CNTE)

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: João Paulo Rabelo - MTB 8309

Reportagem: Débora Alecrim e João Paulo Rabelo

Colaboração:

Assessorias de comunicação dos sindicatos participantes desta edição

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez

Impressão: Gráfica Positiva - Tiragem 6 mil exemplares



SRTV5 » Quadra 701 » Conj L » nº 38 » Bloco I » Sala 536

Edifício Centro Empresarial Assis Chateaubriand

Brasília-DF » Brasil » CEP: 70.340-906

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106

CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.

Tel.: + 55 (61) 3225.1003

www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL

Confira também a versão eletrônica no site: www.cnte.org.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE

GESTÃO 2026/2030

Presidenta

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Vice-presidente

Marlei Fernandes de Carvalho (PR) (Licenciada)

Secretária de Assuntos Educacionais

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT) (Licenciada)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Secretário de Assuntos Municipais

Cleiton Gomes da Silva (SP)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

Secretário de Combate ao Racismo

Carlos de Lima Furtado (TO)

Secretário de Direitos Humanos

Zezeinho Prado (SP)

Secretário de Formação

Gean Carlos Nunes de Jesus (ES)

Secretário de Funcionários da Educação

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretário-Geral

Fábio Santos de Moraes (SP)

Secretária de Finanças

Rosilene Corrêa Lima (DF) (Licenciada)

Secretária de Imprensa e Divulgação

Iêda Leal de Souza (GO)

Secretária de Política Sindical

Maria da Conceição Holanda Oliveira (PA)

Secretária de Políticas Sociais

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

Secretária de Relações de Gênero

Berenice D'Arc Jacinto (DF) (Licenciada)

Secretária de Relações Internacionais

Marília Cibelli Vicente de Oliveira Santos Mões (PE)

Secretário de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Alessandro Sousa Carvalho (CE)

Secretário de Organização

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Vice-Presidente da Internacional da Educação - IE e Secretário Geral da CPLP-SE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho

Vice-Presidente da Internacional da Educação para América Latina - IEAL

Roberto Franklin de Leão

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Girolene Lazaro da Silva (AL)

Henrique Rodrigues Torres (DF)

Izabel Costa (RJ)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Maria Inez dos Santos (SC)

Moacyr Américo da Silva (SP)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA) (Licenciado)

Sandro Luiz Cifuentes (SC)

Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana (PR)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alex Santos Saratt (RS)

Cláudio Antunes Correia (DF)

Edson Rodrigues Garcia (RS)

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Miguel Salustiano de Lima (RN)

Odisséia Pinto de Carvalho (RJ)

Richard Araújo (SP)

Roberto Franklin de Leão (SP)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Rosana Sousa do Nascimento (AC)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Sterio Matheus de Moraes Lima (SP)

Suzane Barros (RS)

Valdir dos Santos Silva (BA)

CONSELHO FISCAL – TITULARES

Fábio do Nascimento (RN)

Iara Gutierrez Cuellar (MS)

Maria das Mercês (PI)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Sara Santiago Carneiro (BA)

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

João Carlos Alves Arêas (MG)

Maria da Penha (PB)

Ubiraelson Araújo (AP)

ENTIDADES FILIADAS – CNTE

AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação/SP
APEOC – Sindicato dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará/CE
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/SP
APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia/BA
APMC – Sindicato Dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo/PR
APMI – Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ijuí/RS
APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná/PR
ASPROLF – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas/BA
CPERS – Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/RS
FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul/MS
SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal/DF
SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro/RJ
SIMMP – Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista/BA
SIMPERE – Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife/PE
SIMPI – Sindicato do Magistério Municipal Público de Itabuna/BA
SIMPUBAP – Sindicato do Magistério Municipal Público de Barro Preto/BA
SIMTEP – Sindicato Municipal dos Trabalhadores da Educação de Pio IX/PI
SINDEDUC – Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Município de Pinhais/PR
SINDEDUCAÇÃO – Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís/MA
SINDIPEMA – Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju/SE
SINDIUPES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo/ES
SINDIUTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará/CE
Sind-Rede BH – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte/MG
SINDETEC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Correntina/BA
Sind-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/MG
SINPC – Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho/PE
SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo/SP
SINPMOL – Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda/PE
SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal/DF
SINPROCAN – Sindicato dos Professores Municipais de Canoas/RS
SINPROESEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão/MA
SINPROFE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Professores, Professoras e Especialista em Educação da Rede Pública de Ensino do Município de Barreiras/BA
SINPROJA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes/PE
SINPROLEM – Sindicato dos Professores de Luís Eduardo Magalhães/BA
SINPROSM – Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria/RS
SINSEPEAP – Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá/AP
SINSEPN – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Educação do Município de Ponto Novo/BA
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí/PI
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte/RN
SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina/SC
SINTEAC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre/AC
SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas/AL
SINTEAM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas/AM
SINTEFRAMO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Francisco Morato/SP
SINTEGO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás/GO
SINTEM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa/PB
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso/MT
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba/PB
SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco/PE
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará/PA
SINTER – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima/RR
SINTERG – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande/RS
SINTERO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia/RO
SINTERPUM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon/MA
SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe/SE
SINTET – Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins/TO
SINTRAEDS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sapiranga/RS
SIPROVEL – Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR
SISE – Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso/BA
SISMMAP – Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá/PR
SISMMAR – Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária/PR
SISPEC – Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari/BA



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
© www.cnte.org.br

Brasil

